

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM**

ARETUZZA DE FÁTIMA DIAS

**VIVÊNCIAS E PERCEPÇÕES DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO
DE EXCLUSÃO SOCIAL SOBRE A VIOLÊNCIA**

**São Paulo
2009**

ARETUZZA DE FÁTIMA DIAS

**Vivências e percepções de adolescentes em situação de
exclusão social sobre a violência**

**Dissertação apresentada à Escola de
Enfermagem da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de
mestre em Enfermagem.**

Área de Concentração:

Enfermagem em Saúde Coletiva

Orientadora:

Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca

São Paulo
2009

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Assinatura: _____ Data: __/__/

Catálogo na Publicação (CIP)
Biblioteca “Wanda de Aguiar Horta”
Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

Dias, Aretuzza de Fátima.

Vivências e percepções de adolescentes em situação de exclusão social sobre a violência. / Aretuzza de Fátima Dias. – São Paulo, 2009.

102 p.

Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca.

1. Marginalidade social 2. Adolescentes 3. Percepção social 4.
Violência 5. Interação interpessoal. I. Título.

Nome: Aretuzza de Fátima Dias

Título: Vivências e Percepções de adolescentes em situação de exclusão social sobre a violência.

Dissertação apresentada à Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em Enfermagem.

Aprovado em: __/__/__

Banca examinadora

Prof. Dr. _____
Julgamento: _____

Instituição: _____
Assinatura: _____

Prof. Dr. _____
Julgamento: _____

Instituição: _____
Assinatura: _____

Prof. Dr. _____
Julgamento: _____

Instituição: _____
Assinatura: _____

Prof. Dr. _____
Julgamento: _____

Instituição: _____
Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Especialmente à orientadora Prof^a Dr^a Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca, pela competência e respeito com que conduziu este trabalho.

Aos meus pais e irmãos que me apoiaram nesta jornada, com amor e carinho.

Às minhas amigas, queridas, que acompanharam a minha trajetória desde o princípio: Ana Paula, Beatriz, Patrícia, Sofia, Tais.

À minha instrutora Patrícia Paccini pela compreensão, pelo carinho, por acreditar na minha capacidade de sempre dar o melhor de mim.

À secretaria da Pós-Graduação, em especial à Silvana, pelos esclarecimentos do serviço, pela presença ativa e calorosa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - pelo apoio financeiro para a realização desse estudo.

Ao senhor Francisco, diretor do CCCA, pela seriedade e oportunidade na realização desse trabalho.

E aqueles que tornaram possível esse estudo: aos adolescentes do CCCA!
Pela compreensão na realização do estudo, pelo carinho, pelas risadas, pelos choros. Foi uma experiência singular!
Este estudo foi por vocês e é para vocês!

“O importante é estar pronto, a qualquer momento, a sacrificar aquilo que somos em favor do que podemos vir a ser”.

Charles Dubois

“Posto que sois o que está por vir, caminhando sempre pelo mundo do esplendor, revivendo, renascendo, possuindo, crendo; assim tornar-te-á poderoso, justo, inteiro, sensato; como o dito no princípio, no meio e agora; não esmoreça, não se entregue, não se fragmente; hás de vislumbrar, ao final, o quê falta nesta conta, visto que já o podes ver, bem como mostrar-te quem sou eu que estou em todas as somas, mas nunca posso ser somada?”

Aventura-te agora e vai, ou nunca há de nascer verdadeiramente“.

Roberto Caldeira - Sabedoria

Dias AF. Vivências e percepções de adolescentes em situação de exclusão social sobre a violência [dissertação]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2009.

RESUMO

Este estudo teve como objetivos apreender as percepções dos adolescentes em situação de exclusão social sobre a violência em seu cotidiano, identificar as experiências de violência desse grupo e analisar a realidade apreendida à luz da violência como processo histórico e socialmente determinado. Ou seja, a violência é um fenômeno social que possui caráter revelador de estruturas de dominação (de classe, etnia, geração, gênero, entre outros) e surge como expressão de contradições entre os que querem manter privilégios e os que se rebelam contra a opressão. Foram realizadas 16 entrevistas semi-estruturadas no Centro Comunitário da Criança e do Adolescente (CCCA) com adolescentes entre 12 a 17 anos de idade. Os dados foram tratados mediante análise de conteúdo. Os resultados evidenciam que as percepções que os adolescentes têm da violência estão intrinsecamente relacionadas às suas vivências dentro de um meio social hostil, caracterizado por um sistema sociopolítico gerador de profundas desigualdades sociais. O conceito de violência foi associado a algo natural, enquanto medida disciplinar; violação aos seus direitos; discriminação social e de gênero, associado a atos físicos como agressões e brigas na comunidade. O tipo de violência mais citado pelos adolescentes foi a violência interpessoal que a Organização Mundial da Saúde caracteriza como violência doméstica quando ocorre entre os membros de uma família e seus agregados e violência social quando ocorre entre pessoas sem laços de parentesco. A superação dessa situação dar-se-á na medida em que os diferentes setores se organizem para garantir aos grupos sociais envolvidos uma assistência na medida das suas necessidades sociais e de saúde.

PALAVRAS - CHAVES: adolescência, condições sociais, violência, pobreza.

Dias AF. Vivências e percepções de adolescentes em situação de exclusão social sobre a violência [dissertação]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2009.

ABSTRACT

This study aimed to capture the perceptions of adolescents at risk of social exclusion on the violence in their daily lives, identify the experiences of violence of this group and examine the reality perceived in the light of violence as a historical process and socially determined. It is violence is a social phenomenon that has character reveals structures of domination (of class, ethnicity, generation, gender, etc.) and appears as an expression of conflict between those who want to maintain privileges and who rebel against oppression. Were carried out 16 semi-structured interview in the Community Center on Children and Adolescents (CCCA) with adolescents between 12 to 17 years of age. The data were treated by content analysis as method of analysis. The results show that the perceptions that adolescents have of violence are intrinsically linked to their experiences within a hostile social environment, characterized by a sociopolitical system generates deep social inequalities. The concept of violence was associated with something natural, as a disciplinary measure; violation of their rights, social and gender discrimination, coupled with acts such as physical assaults and fights in the community. The type of violence most cited by teens was the interpersonal violence that the World Health Organization characterizes as domestic violence when it occurs between members of a family and their household and social violence when it occurs between people without ties of kinship. Overcoming this situation will occur in that the different sectors to organize themselves to provide social groups involved as well as their social needs and health.

KEYWORDS: Adolescents, social conditions, violence, poverty.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 OBJETO DE ESTUDO	5
2.1 Adolescência e Identidade	5
2.2 Adolescência e Violência	8
2.3 Tipologia da Violência	12
3 OBJETIVOS	17
4 MÉTODO	18
4.1 Tipo de estudo e referencial teórico	18
4.2 Procedimentos metodológicos	25
4.2.1 Cenário de estudo	25
4.2.2 Sujeitos da pesquisa e coleta de dados	26
4.2.3 Inserção da pesquisadora no campo de estudo	28
4.2.4 Procedimentos éticos	28
4.2.5 Tratamento e análise dos dados	29
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
5.1 Representações da Violência: significados para os adolescentes pobres	31
5.1.1 Abuso de poder: violência como ato impune e intencional.....	32
5.1.2 Violência como violação dos direitos.....	34
5.2 Percepções do ambiente social violento	37
5.2.1 Violência doméstica	38
5.2.2 Violência na rua e na escola.	42

5.3 Estratégias de enfrentamento (reação) da violência	48
5.3.1 A reprodução dos atos violentos	49
5.3.2 O medo, a fuga e a revolta.....	52
5.4 Convivendo com a violência: discriminado no meio social, ferido em seus direitos.....	54
5.4.1 Discriminação de gênero.....	55
5.4.2 Discriminação étnica	60
5.4.3 A influência da mídia e o uso de drogas.....	64
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
ANEXO 1 SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO À INSTITUIÇÃO	85
ANEXO 2 RAPPORT AO RESPONSÁVEL LEGAL	86
ANEXO 3 RAPPORT PARA OS ADOLESCENTES.....	87
ANEXO 4 TERMO CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	88
ANEXO 5 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	89
ANEXO 6 APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA	90
ANEXO 7 CATEGORIAS EMPIRICAS	91
QUADRO 1 - Representações da violência	91
QUADRO 2. Percepção do ambiente social violento	92
QUADRO 3. Estratégias de enfrentamento da violência.....	93
QUADRO 4. Convivendo com a violência.....	94

1 INTRODUÇÃO

As experiências acumuladas na trajetória de vida do adolescente geram conceitos e significados que interferem na formação de sua identidade e na construção de suas concepções. A experiência da violência no cotidiano adquire significados distintos conforme as condições de existência do adolescente.

Assim, a condição de exclusão social interfere na concepção que o indivíduo assimila de violência. Um ato pode ser interpretado como violento por uns, mas não por outros. De modo implícito, há uma idéia pré-concebida sobre o fenômeno da violência para cada grupo social. Uma concepção pode não corroborar com outra. Por exemplo, o uso da palmada como medida corretiva significa para os pais uma prática disciplinar, pois possui um efeito imediato, a obediência da criança. Outros, no entanto, a recriminam como ato violento.

Esta questão tem controvérsias. O projeto de lei n.2564/2003, encaminhado ao Congresso Brasileiro que prevê a proibição de qualquer tipo de castigo físico, inclusive os moderados, cometidos pelos pais, responsáveis ou educadores, mesmo sob a alegação de seu uso com fim educativo (Perozim, 2007).

Por outro lado, a Câmara dos Comuns britânica aprovou em 2/11/2004, uma lei apresentada pelo deputado David Hinchliffe, que torna ilegal surrar os filhos, mas autoriza a palmada; ou seja, a lei penaliza o uso da força para castigar os menores, mas reserva aos pais o direito de bater em seus filhos moderadamente, com a condição de que o castigo não deixe seqüelas físicas ou psíquicas (Agência Efe, 2004).

Se por um lado a proposta do projeto é preventiva e tem a intenção de mudar uma forma secular de educar, por outro, é considerada, por alguns especialistas, autoritária (na medida em que a família deve ter autonomia pela educação de seus filhos), inútil (pois ninguém saberá se será cumprida) e exagerada (já que um tapinha não "machuca") (Perozim, 2007).

O meio social e a convivência familiar são contextos decisivos na formação do adolescente. Para apreender a concepção de violência construída em sua formação, é preciso identificar como o adolescente representa a violência no seu cotidiano, como ela repercute no processo de construção de sua identidade e de sua socialização.

Quando a violência é freqüente no cotidiano do adolescente, torna-se parte de sua vida, naturaliza-se, passa a ser incorporada como um referencial, tornando-se trivial, comum, corriqueira e parte integrante de sua cultura. Essa banalização pode levar à reprodução da violência nas gerações futuras. Se o adolescente não reconhece determinados atos como violentos, tende a reproduzi-los.

A reprodução de comportamentos violentos no cotidiano pode ser evitada ou, ao menos, reduzida com atividades educativas junto ao adolescente. As atividades são mais efetivas se levarem em conta as próprias concepções dos adolescentes.

Com vistas a compreender a concepção e a vivência do adolescente em situação de exclusão sobre violência, este estudo visa a subsidiar e preparar os profissionais de saúde para detectar situações violentas no cotidiano do adolescente para formular ações de políticas públicas que possibilitem a assistência integral com uma abordagem adequada à realidade deste grupo social.

2 OBJETO DE ESTUDO

2.1 Adolescência e Identidade

A adolescência, além de ser uma etapa biológica da vida, constitui uma etapa da vida socialmente importante, pois “é através da socialização que o indivíduo introjeta papéis sociais distintos dos existentes na família, principalmente o papel profissional” (Berger e Luckmann, 1983) e são estes papéis que possibilitarão a formação de cidadão por meio da constituição de uma identidade autônoma que se configura numa ampliação de domínio de conhecimentos e desenvolvimento de competências físicas, cognitivas, afetivas, estéticas, motoras e éticas (Berger e Luckman, 1983).

Para Erikson (1976), a identidade implica definir quem a pessoa é, quais são seus valores e as direções que deseja seguir na vida. A identidade é uma concepção de si mesmo, composta de valores, crenças e metas com os quais o indivíduo está solidamente comprometido.

Erikson associa a adolescência a uma “moratória psicossocial” devido à “confusão de identidade” que se estabelece nessa fase, inevitável nesse período da vida, quando ocorrem mudanças rápidas do corpo. A puberdade inunda o corpo e a imaginação com toda espécie de impulsos na qual a intimidade com o outro sexo se aproxima e coloca o adolescente diante de um número excessivo de possibilidades e opções conflitantes (Erikson, 1976).

Dessa forma, no período da adolescência, é natural o jovem sentir-se inseguro, pois este é um momento de descoberta de novas regras, de novos limites e de frustrações. Se durante a infância ele teve bom suporte familiar, lidará mais facilmente com essas frustrações. Caso contrário, aumentará a insegurança natural dessa fase, tornando-o mais suscetível às influências do meio (Bilyk, Andrade, Scivoletto, Pinzon, 2004).

A família tem a função de proporcionar um ambiente em que a criança aprenda a lidar com limites e frustrações. Crianças que crescem com regras

claras, geralmente, são mais seguras e sabem o que devem ou não fazer. Essas crianças desenvolvem melhor sua autonomia e quando se deparam com limites sabem lidar com a frustração.

O contexto social onde vivem esses adolescentes é marcado por contradições e conflitos inerentes à realidade, contudo quando essas contradições são geradoras da desigualdade é que se tornam problema e acaba sendo neste contexto de desigualdade que os jovens vão construindo uma “cidadania marginalizada”.

Adolescentes criados em situação de pobreza são mais propensos a apresentar problemas de comportamento na escola, dificuldades emocionais e comportamentos disruptivos (Beiser, Hou, Hyman, Tousignant, 2002). A vivência na pobreza traz consigo a obrigação dos adolescentes em procurar um serviço para ajudar na renda familiar, porém um estudo avaliou que “trabalhar 20 horas ou mais por semana durante a adolescência está associado a um alto nível de estresse emocional, ao uso de drogas e ao início da vida sexual precoce” (Bilyk, Andrade, Scivoletto, Pinzon, 2004).

É no contexto social caracterizado pela desigualdade e por uma complexa rede de organização social em que predomina a pobreza, a exclusão social e a instabilidade econômica, que cabe compreender a adolescência dentro das especificidades históricas, socioeconômicas, políticas e culturais.

Paugam (1991) conceitua a pobreza como “o estado de uma pessoa que carece de bens materiais, e corresponde também a um status social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade daqueles que a vivenciam”. Segundo ele, a perda desse status social reflete o estigma atualmente relacionado às populações que se encontram em situação de grande precariedade econômica.

Ao contrário da pobreza, que se sustenta em critérios objetivos como falta de renda, moradia e capital humano, quando se fala de exclusão implica considerar além dos aspectos objetivos os subjetivos, tais como sentimentos de rejeição, problemas de identidade, falência de laços

comunitários e sociais, resultando em processos de vulnerabilidade social e precariedade econômica (Lavinias, 2002).

Tanto a exclusão social como a pobreza surgem “como uma categoria do campo de ação, que visa designar e caracterizar o status social dos indivíduos que se situam na parte inferior da hierarquia social”. A exclusão e a pobreza têm conotação negativa, pois significam má integração, integração deficiente seja pelo lado do sistema produtivo seja pelo lado do padrão de consumo. A tônica da exclusão é dada pelo empobrecimento das relações sociais e redes de solidariedade. Por essa razão, a noção de exclusão também remete ao fracasso (Lavinias, 2002).

Castel (1995) sugere o termo “desfiliação social”:

Em lugar de exclusão é mais pertinente referir-se a processos de desfiliação social, que se refere igualmente à perda de status, com desvalorização do indivíduo, pela ruptura dos elos de filiação institucional, decorrentes da crise na sociedade salarial. Tais processos expressam através da perda de emprego, da crescente precarização das relações contratuais, de uma vivência reiterada na instabilidade econômica e da progressiva inadequação dos sistemas de proteção social, a perda de uma identidade produtiva e social que isola o indivíduo (o desfilia) levando à ruptura dos laços de solidariedade.

No presente estudo, entende-se a pobreza como: 1) uma construção social - que responde a critérios específicos de identificação, implicando discussão de métodos para identificá-la, medi-la e estimá-la; e 2) uma forma de exclusão - caracterizada pela insuficiência de renda ou o não atendimento das necessidades da população culminando num processo de vulnerabilidade social e precariedade econômica, comprometendo o desenvolvimento, físico e psicossocial sadio de crianças e adolescentes que se encontram inseridos neste contexto. (Lavinias, 2002)

A pobreza aumenta o índice de mortalidade infantil e de jovens. De acordo com Dimenstein (1990),

Cresce a criminalidade infantil e cada vez mais as crianças são vítimas de extermínios, que banalizam a pena de morte com julgamento e execução sumárias. O assassinato, porém, é apenas o grau mais elevado de um processo de rejeição do menor, suspeito de ser infrator.

Além da pobreza, uma das dificuldades que contribuem para a violência é o desconhecimento dos pais, professores, profissionais da saúde e demais autoridades sobre as características e necessidades da adolescência. É necessário que ela seja compreendida como uma etapa da vida marcada por transformações referentes ao amadurecimento físico, mental, emocional, social e moral, que são influenciados pelas peculiaridades inerentes a cada sujeito, de acordo com o seu contexto social e cultural e pelo momento histórico (Osório, 1989).

2.2 Adolescência e Violência

A inclusão da violência na Classificação Internacional das Doenças – CID – fundamenta-se no fato das mortes e traumas ocorridos por causas violentas virem aumentando, levando a anos potenciais de vida perdidos ou a seqüelas físicas, psicológicas, comportamentais (autoritarismo, delinqüência) e desequilíbrio familiar. Essa inclusão demanda uma intervenção imediata do Estado para elaboração e implementação de políticas públicas e maior capacitação dos profissionais de saúde para detectarem sinais clínicos da violência (Minayo, 1994a).

A forma como o adolescente vê a si próprio, seus valores, sua competência e o mundo que o cerca pode ser afetada quando ele é exposto à violência ao longo de sua vida. A experiência da violência tem importante papel no julgamento que o adolescente faz de si e dos outros (Rosenberg, 1989).

A violência tem atingido diretamente a juventude brasileira, de modo que constitui hoje o principal grupo de risco para mortalidade por homicídio

São adolescentes e adultos jovens, do sexo masculino (...) residentes em áreas pobres e às vezes periféricas das grandes metrópoles; de cor negra ou descendentes dessa etnia; com baixa escolaridade e pouca ou nenhuma qualificação profissional (Minayo, 1994b).

Segundo dados do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) cerca de 6,5 milhões de crianças sofrem algum tipo de violência doméstica no país. “No Brasil, 18 mil são espancadas diariamente e 300 mil crianças e adolescentes são vítimas de incesto” (Brasil, 2000).

Desta forma, a família como primeira experiência de exercício da cidadania que todo indivíduo vivencia e a que deveria garantir satisfação de suas necessidades por ser considerada como uma experiência significativa e determinante da sua trajetória de vida torna-se muitas vezes protagonista da violência doméstica, cujas principais vítimas são crianças, adolescentes e mulheres (Saffioti, 1989).

A violência intrafamiliar, comunitária e institucional são algumas das formas de violência contra a criança e o adolescente, sendo a primeira a mais frequente. “Oitenta por cento das agressões físicas infanto-juvenis foram causadas por parentes ou pessoas próximas a eles”. Esse cenário se configura principalmente como decorrência de desestruturação econômica e da desigualdade social (Rosenberg, 1989).

Nesse sentido, o impacto da violência intrafamiliar sobre o desenvolvimento infanto-juvenil é determinante na formação da cidadania do adolescente em situação de exclusão social. E ainda, é potencializada por uma violência em âmbito social, quando o adolescente percebe que sua condição social exerce influência no modo como ele é visto e valorizado pela sociedade.

Além da indicação quantitativa para a definição do critério de exclusão, o acesso à educação, ao trabalho, à renda, à moradia, ao transporte e à informação, deve-se levar em conta a noção de qualidade, pois a simples constatação do acesso a um bem ou serviço não é suficiente para compreender a superação da condição de exclusão. É preciso que se defina que tipo e qualidade de acesso existem.

Assim, o fenômeno de exclusão surge não apenas para aqueles segmentos sociais que já estiveram incluídos em algum momento, mas também para aqueles que jamais passaram pela condição de inclusão. Nesse sentido, a exclusão passa a reunir tanto segmentos deserdados de alguma condição de vida digna, que numa situação anterior tinham emprego adequado, renda decente e agora convivem com o desemprego e a precariedade de renda, como segmentos sociais despossuídos da situação prévia de inclusão, ou seja, que nunca tiveram acesso a um emprego adequado, a renda ou a demais bens e serviços.

Essa percepção ocorre quando a criança ingressa na escola, quando

começa a sentir que a cor de sua pele, os antecedentes de seus pais, a qualidade de suas roupas decidirão, mais que seu desejo e sua vontade de aprender, de seu valor como aprendiz (...). A propensão humana para sentir-se imprestável pode ser fatalmente agravada como determinante do desenvolvimento do caráter. (...) O desenvolvimento de um sentido de inferioridade, o sentimento de que nunca prestarei para nada, é um perigo para a socialização do adolescente (Erikson, 1971).

O efeito de experiências negativas durante esse período do ciclo vital pode acarretar graves seqüelas como alterações no padrão de interação interpessoal. Por exemplo, o abuso físico pode levar a uma alteração cognitiva (diminuição no rendimento escolar) ou emocional (ansiedade ou depressão) (Bilyk, Andrade, Scivoletto, Pinzon, 2004).

Estudo realizado numa comunidade carente de São Paulo considerou que:

Os adolescentes de baixa renda, no seu contexto de pobreza, (...), já vêm construindo através da sua vivência, representações de discriminação em outros contextos sociais; qualquer tratamento que reforce esta representação gera uma violência psicológica no sentido de reforçar a exclusão (Shimizu, 2007).

Ao se envolverem com a violência, quer na condição de vítimas ou na de perpetradores, os adolescentes sofrem alguma forma de exclusão. Quando vitimados, ocorre a exclusão da própria vida. Quando agressores são excluídos da possibilidade de exercitarem a cidadania, por meio da qual podem reconhecer-se e serem reconhecidos como sujeitos de direitos e deveres (Bilyk, Andrade, Scivoletto, Pinzon, 2004).

Assim, um adolescente que sobrevive em condições subhumanas de existência, ou seja, em situação de exclusão social, é triplamente excluído: por ser pobre, por ser vítima ou por vitimar outros a partir de atos violentos.

Diante disso surge, para o adolescente, a possibilidade da formação de grupos, “estereotipando-se a si próprios, aos seus ideais e aos seus inimigos”, tornando-se “intolerantes e cruéis na sua exclusão e na de outros que lhe são ‘diferentes’”, ou como uma forma de defesa contra o sentimento de perda de identidade (Erikson, 1976). Nesse caso, o adolescente torna-se um agente de exclusão, sob o risco de grupos rivais se engalfinharem numa escalada de agressões mútuas por motivos banais.

Essa fragilidade, mascarada por atitudes agressivas, é uma das causas de vulnerabilidade a outros problemas como uso problemático de álcool, drogas, doenças sexualmente transmissíveis, aids ou outros. E isto apenas intensifica a responsabilidade da família e da escola, componentes fundamentais do contexto no desenvolvimento do adolescente no sentido de promoverem os fatores protetores de seu bem-estar (Bastos, 1994).

A presença dos pais junto aos filhos é tão ou mais importante nessa etapa do que na infância, uma vez que seu papel agora é o de estar atento, de mobilizar e dirigir, de apoiar nos fracassos e incentivar nos êxitos, de estar com eles e respeitar cada vez mais sua individualização (Sampaio, 1994).

Para que uma criança cresça saudável e venha a ser um adolescente que conquiste um futuro melhor, é necessário garantir-lhe melhores condições de vida: alimentação adequada, vacinação completa, educação e um adequado suporte familiar e social.

A importância à atenção integral e específica para a saúde do adolescente se dá quando é levada em conta sua faixa etária, momento de vida, inserção sociocultural, sua singularidade no processo de crescimento e desenvolvimento marcado pelo impacto de mudanças físicas e psíquicas vivenciadas de maneiras diversas em situações distintas.

A caracterização das formas de violência conforme a tipologia da OMS permite elencar as categorias de violência identificadas no cotidiano dos adolescentes e, dessa forma, personalizar a assistência em um modelo de atendimento baseado na atenção global, considerando o jovem um ser

único em suas necessidades, seus problemas e em suas relações com o meio ambiente.

2.3 Tipologia da Violência

A Organização Mundial de Saúde (2002) define a violência como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (Krug et al., 2002).

Dessa forma, a violência envolve dois fenômenos: a intenção do ato e o dano provocado. Em um ato abusivo, nem sempre há a intenção explícita e consciente de causar dano e, ainda, nem todo abuso resulta em dano. Mas em toda agressão ou abuso, o agente faz uso do seu poder para submeter o outro à sua vontade.

Nesta definição, a **intencionalidade** do ato não se refere à intenção de causar dano, mas à intenção de exercer o poder para atingir um propósito que pode ou não resultar em dano. O uso desse poder envolve intimidação, ameaça, negligência e atos de omissão.

Outra definição que também leva em conta os critérios de intencionalidade e de relação de poder é o de Rocha et al. (2001) que, considerando a violência como um processo de vitimização, diz que se expressa em “atos com intenção de prejudicar, subtrair, subestimar e subjugar, envolvendo sempre um conteúdo de poder, quer seja intelectual quer seja físico, econômico, político ou social. Atingem de forma mais hostil os seres mais indefesos da sociedade, como as crianças e adolescentes, e também as mulheres sem, contudo, poupar os demais”.

Minayo (1990a) também analisou a violência e sistematizou-a em diferentes níveis: no primeiro nível, refere-se à violência estrutural que é caracterizada pela existência de um sistema social desigual, tendo como consequência a fome, o desemprego e os demais problemas sociais; no segundo nível, faz referência à violência revolucionária, relacionada à

resistência expressa na luta de grupos marginalizados contra a dominação da minoria e, por último, no terceiro nível, menciona a delinqüência que diz respeito às transgressões sociais.

No que tange à violência contra as crianças, a Organização Mundial da Saúde (2002) faz menção aos

maus tratos à criança sob todas as formas, nomeadamente, física e ou afetiva, abusos sexuais, abandono ou negligência, exploração comercial ou outra que possam causar prejuízo real ou potencial à sua saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade no contexto de uma relação de responsabilidade, de confiança ou de poder (Brasil, 2002).

Por considerar a violência como um problema de saúde pública, a Organização Mundial da Saúde (Krug et al., 2002) desenvolveu uma tipologia da violência que caracteriza os diferentes tipos de violência, bem como os vínculos existentes entre eles. Divide a violência em três grandes categorias, de acordo com as características de quem comete o ato violento. Assim tem-se: (1) a **violência auto-infligida** (dirigida a si mesmo), subdividida em comportamento *suicida* e *auto-abuso* (mutilações); (2) a **violência interpessoal**, subdividida em *violência intrafamiliar* (ocorre entre os membros de uma família) e *violência comunitária* (ocorre entre pessoas sem laços de parentesco, podendo ser conhecidas ou estranhas) e (3) a **violência coletiva**, subdividida em *violência social* (crimes), *violência política* (guerras civil e militar) e *violência econômica* (negação de acesso a serviços essenciais). A natureza dos atos violentos pode ser caracterizada como: física, sexual, psicológica e envolvendo privação ou negligência. Estes quatro tipos de atos violentos ocorrem em cada uma das grandes categorias e de suas subcategorias, exceto na violência auto-infligida (Krug et al., 2002).

Na figura a seguir, o eixo horizontal mostra o tipo de violência e o eixo vertical descreve a natureza da violência.

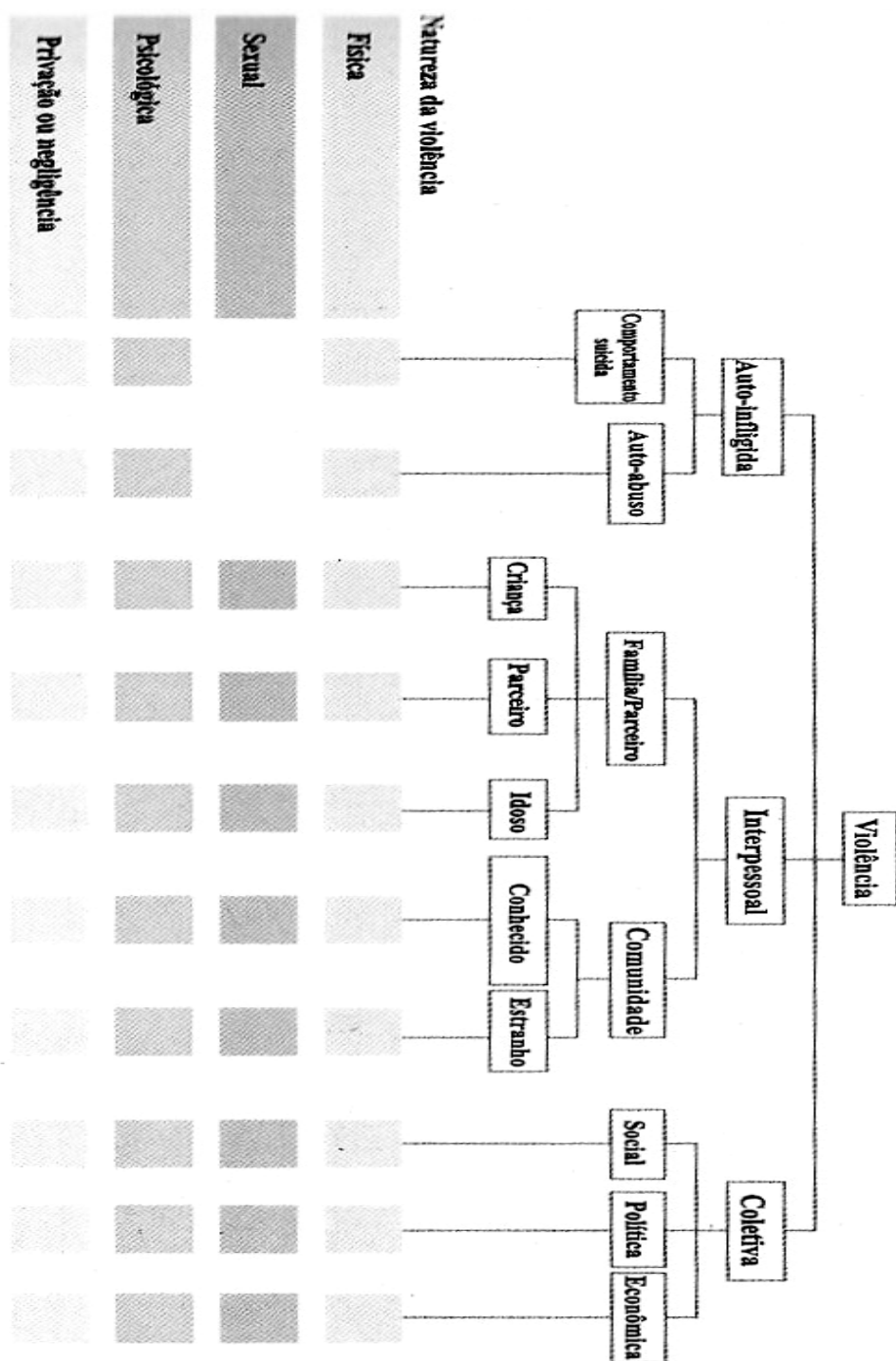


Figura1- Krug EG, Daheberg LL, James AM, Zwi AB, Lozano R. Relatório Mundial sobre a violência e saúde. In: Organização Mundial da Saúde. Violência: um problema mundial de Saúde Pública. Tipologia da violência. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002. p. 7.

Braghini (2000) e Guerra (1998) caracterizam da seguinte forma a natureza dos atos violentos: a *violência física* consiste no uso intencional, não acidental da força, através de agressões, tapas, murros, maus tratos e espancamentos; a *violência sexual*, vista como um abuso do poderio exercido sobre determinada vítima sem seu consentimento como carícias indesejadas, incesto, exploração sexual, exibicionismo, pornografias infantis e estupro; a *violência psicológica* caracterizada por desrespeito, verbalização inadequada, humilhação, ofensas, intimidações, traição, ameaças de morte e de abandono emocional e material, resultando em sofrimento mental; e a *negligência*, uma forma de omissão no atendimento das necessidades básicas.

A violência interpessoal é caracterizada por atos de abuso sexual, abuso contra idosos, atos aleatórios de violência, violência juvenil, estupro ou ataque sexual por estranhos e a violência em grupos institucionais como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos. Esta caracterização se refere a um dos dois tipos de violência que é a “violência doméstica”, que acomete grande parte das crianças e adolescentes em nossa sociedade.

O Ministério da Saúde considera a “violência doméstica” contra crianças e adolescentes como

Uma violência interpessoal e intersubjetiva; um abuso do poder disciplinar e coercitivo dos pais e responsáveis; uma negação dos valores humanos fundamentais como a vida, a liberdade e a segurança e violação dos direitos essenciais da criança e do adolescente; redução da vítima à condição de objeto de maus tratos; pode prolongar-se por meses e anos, pois como pertence à esfera do privado reveste-se do sigilo (Pereira et al., 2001).

A violência doméstica contra crianças e adolescentes se caracteriza como o abuso do poder disciplinar e coercitivo de pais ou responsáveis, prolongando-se muitas vezes ao longo de meses e anos, sendo uma violação dos direitos essenciais da criança e do adolescente em sua condição de humanidade, conforme defendido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). A violência doméstica apresenta-se de acordo com os quatro tipos de violência e quanto à natureza dos atos. Assim, os adolescentes que convivem em ambiente familiar, marcado pela violência

dos pais, tendem a ser agressivos e a ter comportamentos anti-sociais fora de casa (Azevedo, 1997).

Ainda quanto à violência interpessoal, torna-se necessário fazer diferenciação entre violência doméstica e violência intrafamiliar. Na violência doméstica estão inclusos “os outros membros do grupo, sem função parental, que convivem no espaço doméstico”, sendo eles empregados ou agregados da família (Krug et al., 2002).

A violência intrafamiliar é

Toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consangüinidade, e em relação de poder à outra (Krug et al., 2002).

Como agrupamento de pessoas com vínculos afetivos, de consangüinidade ou de convivência, a família tem a função primordial de socialização de seus membros num contexto dinâmico de organização e de relação e poder. Porém, é neste contexto que muitas vezes cria-se uma cultura de distribuição desigual de autoridade e poder entre os membros. Assim, estabelecem dentro de casa: rígidas funções e papéis; um ambiente estressor e de maus tratos, com dificuldades de diálogos, vulnerável à agressividade, com pobre interação social; reduzido nível de desenvolvimento da autonomia dos indivíduos. Decorrente disso, ou conseqüente a isso, podem ocorrer consumo de drogas e episódios criminais, comprometendo tanto a dependência econômica e emocional quanto a auto-estima entre os membros (Brasil, 2002).

Considerando-se o exposto, a possibilidade de intervenção nos processos vivenciados pelos adolescentes e suas conseqüências será tanto maior quanto mais aprofundado for o conhecimento de sua realidade. Assim, o presente estudo se justifica pelos seus resultados poderem vir a constituir ferramentas essenciais para intervenção na saúde do adolescente.

3 OBJETIVOS

1. Apreender as percepções dos adolescentes em situação de exclusão social sobre a violência em seu cotidiano.
2. Identificar as experiências de violência dos adolescentes no seu dia-a-dia.
3. Analisar a realidade apreendida à luz da concepção de violência como fenômeno social e historicamente determinado.

4 MÉTODO

4.1 Tipo de estudo e referencial teórico

O estudo é de cunho qualitativo e descritivo com enfoque teórico na violência como fenômeno determinado social e historicamente, tendo em vista a natureza da pesquisa e os objetivos propostos (Fonseca et al, 2006).

A pesquisa qualitativa se preocupa com um aspecto da realidade que não pode ser quantificado, pois trabalha com o universo dos símbolos e significados, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 1994a).

A abordagem teórica da violência situa-se na sua compreensão como social e historicamente determinado. Esta abordagem permite que o pesquisador volte seu interesse ao estudo da formação da sociedade, para a compreensão e explicação dos fenômenos sociais, entre eles, a violência, resgatando sua historicidade e com ênfase em seus processos e significados. Vincula-se à compreensão da saúde-doença como um processo vinculado ao caráter dinâmico das dimensões da realidade, caracterizado como:

O modo específico pelo qual ocorre nos grupos, o processo biológico de desgaste e reprodução, destacando como momentos particulares à presença de um funcionamento biológico diferente, como conseqüências para o desenvolvimento regular das atividades cotidianas, isto é, o surgimento da doença” (Laurell, 1982).

Neste estudo, consideramos a violência como problema de saúde pública, fundamentado no fato de que as mortes e traumas ocorridos por causas violentas vêm aumentando consideravelmente, causando anos potenciais de vida perdidos ou seqüelas físicas, psicológicas e comportamentais. Ou seja, a violência é considerada um agravante da condição de saúde e se manifesta nos perfis de morbimortalidade na sociedade (Minayo, 1994b).

Assim, compreender a qualidade e a intensidade que o fenômeno da violência adquire nas esferas biológicas, mental e das relações sociais dos adolescentes é entender a influência das características concretas das sociedades, suas formas de produção e reprodução social, além da posição que os indivíduos ocupam na estrutura social. Tais variações irão se expressar em situações potencialmente geradoras de carecimentos ou conflitos, podendo se constituir em questões de saúde (Laurell, 1982).

Entender a violência como processo significa considerá-la determinada histórica e socialmente, pois expressa dinamicidade em sua construção, revelando um permanente processo de modificação histórica, admitindo assim superação, mutação e crítica (Fonseca et al., 2006).

Nessa perspectiva, a cidadania do adolescente em relação aos seus direitos sociais transforma a visão da intervenção no seu processo de saúde-doença com a finalidade de torná-lo cidadão e não apenas livrá-lo dos agravos ou dos danos por eles provocados. Ou seja, é necessário re-significar a violência e suas conseqüências para concebê-la de acordo com a realidade cotidiana das relações sociais que os adolescentes estabelecem entre si, com a família, com a sociedade e com o próprio setor saúde.

Para compreender tal afirmação há que recorrer a alguns pontos da historicidade da violência na infância no decorrer da história de modo a situá-la dentro de cada formação social, até nossos dias.

Ariès (1981) mostra que nas civilizações antigas o infanticídio era considerado um meio para eliminar todos aqueles pequenos que por desgraça nasciam com defeitos físicos. No século XV, a "figura infantil" era a representação do ingênuo.

A concepção de infância como uma fase distinta do desenvolvimento, tem seu nascedouro nas camadas economicamente superiores da população dos séculos XVI e XVII e estabeleceu-se definitivamente no século XVIII, com a ascensão da burguesia ao poder (Ariès, 1981).

A passagem da vida infantil para a vida adulta seria uma condição a ser superada: a passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade (Ariès, 1981).

A juventude e a vida adulta caracterizavam-se pela força, virilidade e principalmente pelas funções produtivas dentro da vida social e coletiva, era uma época voltada ao poder da juventude. Fazemos aqui um paralelo com os dias atuais uma vez que na nossa sociedade há uma ênfase na valorização do indivíduo produtivo, excluindo-se crianças e idosos de diversos setores e espaços sociais.

As crianças eram substituídas por outras, sem sentimentos, com a intenção de conseguir um espécime melhor, mais saudável, mais forte que correspondesse às expectativas dos pais e de uma sociedade que estava organizada em torno dessa perspectiva utilitária da infância. Segundo Ariès (1981) “a família era social e não sentimental”. Já as crianças sadias eram mantidas por questões de necessidade, mas a mortalidade também era algo aceito com bastante naturalidade.

As mudanças com relação ao cuidado com a criança, só iriam ocorrer mais tarde, no século XVII, com a interferência dos poderes públicos e com a preocupação da Igreja em não aceitar passivamente o infanticídio. Com o crescimento da religiosidade cristã surge a criança mística ou criança anjo; “essa imagem da criança associada ao Menino Jesus ou Virgem Maria, causa consternação, ternura nas pessoas” (Oliveira, 1999:22).

As transformações sociais, políticas e econômicas que a sociedade desde então veio sofrendo apontaram mudanças no interior da família e das relações estabelecidas entre pais e filhos. A criança passou a ser educada pela própria família, o que fez despertar um novo sentimento por ela, Ariès (1981) caracteriza esse momento como o surgimento do “sentimento de infância”.

Com o surgimento da família nuclear e conseqüentemente com o modelo de família conservadora, símbolo da continuidade patriarcal que marca a relação pai, mãe e criança, a preocupação da família, com a educação da criança, fez com que os pais se encarregassem da educação de seus filhos. Com isso houve a necessidade da imposição de regras e normas na nova educação e a formação de uma criança melhor doutrinada atendendo à nova sociedade que emergia. Tal concepção fez com que a

criança fosse alvo do controle familiar e do grupo social em que ela estava inserida.

A partir deste momento, a criança começou a ser vista como indivíduo social, dentro da coletividade e a família tendo grande preocupação com sua saúde e sua educação.

Entretanto, estudos apontam que no século XVIII, um grande número de bebês abandonados eram deixados pelas mães à noite, nas ruas sujas, muitas vezes sendo devorados por cães e outros animais que viviam nas proximidades ou vitimados pelas intempéries ou pela fome (Roque e Ferriane, 2002).

Mesmo na história antiga há registros de que frente à desobediência infantil, autoridades perpetravam agressões físicas contra as crianças sendo amparados por lei. Uma lei hebraica do período 1250-1225 a.C. instrui que, caso os filhos não dessem ouvidos às recomendações paternas, cabia aos anciãos da cidade puni-los, expondo-os para que fossem apedrejados pelos homens até a morte (Deuteronômio, 21:18-21).

As violências mencionadas representam apenas uma pequena parcela daquelas vivenciadas através dos séculos. Com o passar do tempo, outras tantas violências continuaram presentes na vida cotidiana das crianças de todos os países do mundo. Mesmo nos países onde o desenvolvimento da cidadania e a conscientização dos direitos se deram mais precocemente, alguns tipos de violência foram minorados, porém não extintos. No Brasil, país em que esta conscientização se deu recentemente, em 1990, agregam-se às violências citadas outras tantas, características deste tempo e desta sociedade excludente e desigual (Del Priore, 1999).

Para Marcilio (1998), a tradição portuguesa no século XVIII, em Salvador e no Rio de Janeiro provocou a criação das rodas dos expostos, nas Santas Casas de Misericórdia, nas quais as crianças eram abandonadas enquanto seus genitores se mantinham no anonimato. Porém, no final do século XIX, ganhou atenção a discussão de jornais da época que culpabilizavam as famílias pelo abandono e pela desproteção às crianças.

Na primeira metade do século XX apontavam-se, como causas do abandono e desproteção à criança as condições econômicas da população e

a desagregação familiar. Tal concepção ganhou espaço no meio jurídico, começando-se a entender que caberia ao Estado implantar uma política de proteção e assistência à criança, conforme estabelecido pelo decreto 16.272, de novembro de 1923 (Del Priore, 1999).

Em 12 de outubro de 1927, o Decreto - Lei 17.943, conhecido como Código Mello Mattos, instituiu o primeiro Código de Menores no Brasil, buscando sistematizar a ação de tutela do Estado perante às crianças e jovens em circunstâncias especialmente difíceis (Costa, 1993a).

Em 1942, foi instituído no governo de Getúlio Vargas, o SAM, um órgão do Ministério da Justiça que funcionava como um equivalente ao sistema penitenciário para a população menor de 18 anos. Era o Serviço de Assistência ao Menor. Nessa década, foi criado O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no dia 11 de dezembro de 1946, sendo um dos primeiros programas destinados à assistência emergencial a milhões de crianças no período do pós-guerra na Europa, no Oriente Médio e na China (Costa, 1993a).

Instalado em João Pessoa (PB), em 1950, foi fundado primeiro escritório do UNICEF no Brasil com programas de proteção à saúde da criança e da gestante nos estados do nordeste brasileiro. Em 1959, houve a aprovação da Declaração Universal Dos Direitos Da Criança, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, aumentando, através de seus 10 princípios, o elenco dos direitos aplicáveis à população infantil (Costa, 1993b).

A Fundação do Bem Estar do Menor (Funabem) foi à substituta do SAM em 1964, criada por lei no primeiro governo militar. Um de seus objetivos era o de formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor. Ao longo de sua historia, a Funabem e as correlatas Febens estaduais tiveram diferentes evoluções. Algumas apresentaram inovações pedagógicas, enquanto outras mantiveram a linha autoritária e repressiva, configurando um espaço de tortura e de desumanização autorizado pelo estado (Del Priore, 1999).

Em 1978, foram plantadas as sementes na Convenção dos Direitos da Criança, onde o governo da Polônia apresentou à comunidade

Internacional uma proposta de Convenção Internacional dos Direitos das Crianças. A convenção é um instrumento de direito mais forte que uma declaração. A declaração sugere princípios pelos quais os povos devem guiar-se. A convenção foi mais além, ela estabeleceu normas, isto é, deveres e obrigações aos países que a ela formalizaram sua adesão. Ela conferiu a esses direitos força de lei internacional, não sendo, no entanto, soberana aos direitos nacionais (Costa, 1993b).

Em 1979, foi revogado o Código de Menores Mello Mattos sendo substituído pelo Código de Menores mantendo, no entanto, a mesma linha de arbitrariedade, assistencialismo e repressão junto à população infanto-juvenil (Costa, 1993a).

Em 1983, foi fundada, em nome da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) a Pastoral da Criança, com um importante engajamento e com o desenvolvimento de uma metodologia própria em que redes de solidariedade seriam formadas para a proteção da criança e do adolescente (Del Priori, 1999).

Em 1987, a Assembléia Nacional Constituinte formou um grupo de trabalho que se reuniu para a discussão e concretização dos direitos da criança e do adolescente na Constituição Brasileira. O resultado desse trabalho é o artigo 227, que foi a base para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal do Brasil, considerada a “Constituição Cidadã” marcada por avanços na área social, houve a introdução de um novo modelo de gestão das políticas sociais que conta com a participação ativa das comunidades através dos conselhos deliberativos e consultivos (Costa, 1993a).

Em 13 de julho de 1990, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) que é considerado um documento exemplar de direitos humanos, concebido a partir do debate de idéias e da participação de vários segmentos sociais envolvidos com a causa da infância no Brasil (Costa, 1993a). Apesar de representar uma grande conquista da sociedade brasileira, o Estatuto ainda precisa ser implementado de forma integral. Em 1990, se deu também a criação da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente com a finalidade de promover a defesa dos

direitos e o exercício da cidadania da criança e do adolescente (Costa, 1993a).

Em dezembro de 1992, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) com uma importante atribuição: a formulação de políticas públicas e a destinação de recursos ao cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (Del Priori, 1999).

Embora existam estatutos leis garantindo direitos para as crianças e adolescentes, nem sempre eles são observados e quando vítimas de violência estes sujeitos desenvolvem transtornos de ansiedade, sintomas depressivos e agressivos, apresentam problemas em relacionamentos interpessoais o que implica em grande impacto físico e emocional.

A violência, propriamente dita, consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual. Na verdade ao se falar de violências, referimo-nos a uma realidade plural, diferenciada, cujas especificidades necessitam ser conhecidas para haver intervenção. Para Marx (1967:303), o conteúdo das características sociais do ser humano estaria constituído por um substrato biológico-individual e por componentes formadores de sua imagem psíquica, a partir de certos modelos de conduta internos, inatos e/ou adquiridos, sendo a sua "segunda natureza". Portanto, na formação do indivíduo a incidência dos fatores sociais é decisiva.

Ao iniciar sua vida. A criança se depara com um mundo de vínculos e relações já formados, com tradições, normas de direito e moral, concepções ideológicas e outros elementos configurados historicamente e de relevância bem concreta. É neste contexto que ela forma sua consciência e seu estilo de vida. De acordo com Minayo (1998), a violência é um fenômeno histórico, ou seja, só pode ser compreendido nos marcos de relações sócio-econômicas, políticas e culturais específicas, cabendo diferenciá-la, no tempo e no espaço.

Tomando a violência como um fenômeno social, até certo ponto, ela possui um caráter revelador de estruturas de dominação (de classes, grupos, indivíduos, etnias, faixas etárias, gênero, nações) e surge como

expressão de contradições entre os que querem manter privilégios e os que se rebelam contra a opressão.

A desvalorização da vida e das normas convencionais, das instituições, dos valores morais e religiosos, a culta à força e ao machismo, a busca do prazer e do consumo imediato está hoje na base dos códigos paralelos das gangues e 'falanges' que amedrontam nossos centros urbanos (Minayo, 1998:522).

4.2 Procedimentos metodológicos

4.2.1 Cenário de estudo

A pesquisa foi feita no Centro Comunitário da Criança e do Adolescente (CCCA), uma organização não governamental, sem fins lucrativos situada na região central da cidade de São Paulo.

O CCCA é uma entidade filantrópica vinculada à Arquidiocese de São Paulo. Seu propósito é promover ações sócio-educativas a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, moradoras de habitações comunitárias da região central de São Paulo.

De 1984 a 1989, era denominado Centro Comunitário do Menor e fez um total de 285 atendimentos diretos e 850 indiretos, nos nove projetos que abrigava. A partir de 1990, já com nova coordenação e novos parceiros e voluntários, reestruturou-se com o nome atual, Centro Comunitário da Criança e do Adolescente.

Hoje, o CCCA conta com quatro Unidades que atendem crianças e adolescentes até 17 anos em situação de risco pessoal e social. O gerenciamento de cada uma das Unidades é realizada por uma equipe composta de coordenador, assistente social, psicólogo, educadores, cozinheiras e serviços gerais. Cada unidade atende em média 280 crianças e adolescentes por dia.

A pesquisa foi realizada em duas das Unidades do CCCA, localizadas na Liberdade e no Cambuci, distritos da subprefeitura da Sé, que atendem 150 crianças e adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 4 a 15 anos. As crianças de 4 a 6 anos permanecem na Instituição por período

integral (das 8h00 às 17h00) e as crianças de 7 a 15 anos permanecem no período matutino (das 8h00 às 12h00) ou vespertino (das 13h00 às 17h00), intercalando com os horários escolares.

No CCCA, crianças e adolescentes desenvolvem atividades extra-curriculares como iniciação ao trabalho, pré-profissionalização, recreação, atividades culturais de resgate do folclore brasileiro, artesanato e esportes, buscando, assim, aprimorar o aprendizado e promover a construção da cidadania.

O critério principal de ingresso do adolescente no CCCA é a proximidade de sua residência ao Centro Comunitário e a renda familiar. Esta deve estar limitada até dois salários mínimos.

4.2.2 Sujeitos da pesquisa e coleta de dados

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a faixa etária que corresponde ao adolescente compreende as idades situadas entre 12 e 18 anos incompletos (Brasil, 1995). A população desse estudo foi constituída por indivíduos com idade variando entre 12 e 15 anos, faixa etária dos adolescentes que permanecem no CCCA nos períodos matutino e vespertino.

As famílias dos adolescentes possuem renda familiar em torno de um salário mínimo. A maioria dos familiares desenvolve atividades remuneradas no mercado informal de trabalho. Algumas das mães são empregadas domésticas, não registradas. Alguns dos pais realizam atividade autônoma como coletores de papelão nas ruas.

Os adolescentes e suas famílias são moradores de habitações coletivas no centro da cidade de São Paulo. Normalmente, essas habitações são um único cômodo. As condições de segurança, assim como a infraestrutura são precárias, há presença de bolor, umidade e infiltração nas paredes. O piso geralmente é de madeira, com buracos e, apesar da humilde limpeza, há presença de insetos em grande quantidade.

Foram realizadas 16 entrevistas semi-estruturadas com os adolescentes, 11 do sexo feminino e 5 do sexo masculino na qual a

pesquisadora seguiu um roteiro (Anexo 5), mas também deixou espaço para o entrevistado falar voluntariamente.

A entrevista semi-estruturada é caracterizada pela formulação da maioria das perguntas previstas com antecedência e sua indagação é provisoriamente determinada.

Quanto à escolha do número de entrevistados, o critério de representatividade do universo da pesquisa qualitativa deve permitir que haja a saturação dos dados, situação ocorrida quando nenhuma informação nova é acrescida com a continuidade do processo de pesquisa. Uma amostra confiável, ou seja, aquela que reflete as múltiplas dimensões do objeto de estudo, é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas definições. O critério de representatividade também está respaldado no princípio dialético histórico em que um grupo social pode ser porta voz de outro que vive as mesmas condições de existência (Minayo, 2001).

Realidades semelhantes geram a mesma identidade social. Essa semelhança é referida por Marx (1989) quando diz que:

A primeira condição de toda história humana é a existência de seres humanos vivos, (...) os homens, ao produzirem seus meios de subsistência, produzem indiretamente sua própria vida material. (...) a maneira como os homens manifestam sua vida, reflete o que eles são.

Assim, as entrevistas iniciaram com uma questão descritiva sobre o cotidiano do adolescente (*Me conte como é um dia do seu cotidiano, desde quando você acorda até a hora de dormir*) e logo em seguida houve a introdução de questões específicas como: O que é violência para você? Como você percebe a violência no seu dia-a-dia? Como você se sente em relação e esta situação? Perguntas adicionais foram acrescidas com a finalidade de esclarecer e aprofundar aspectos relevantes para a pesquisa.

As entrevistas foram realizadas em um consultório de enfermagem localizado no CCCA. Trata-se de um ambiente que oferece estrutura física adequada: mesa, cadeiras, iluminação e privacidade. As falas foram registradas integralmente em Fita K7 e utilizadas única e exclusivamente para atender os objetivos propostos nesse estudo, sendo mantido em

anonimato o nome dos adolescentes. Foram identificados somente em relação ao sexo e à idade.

4.2.3 Inserção da pesquisadora no campo de estudo

A inserção da pesquisadora no campo de pesquisa ocorreu durante a graduação, por meio da participação do projeto “Atendimento de saúde à criança em situação de exclusão social” no Centro Comunitário da Criança e do Adolescente, com intuito de realizar exame físico e de desenvolvimento, exame de acuidade visual e preenchimento do impresso da história pessoal e social da criança e do adolescente. Estas atividades foram supervisionadas pela docente responsável.

Durante o registro da história pessoal e social, foi detectada a presença da violência nas falas dos adolescentes, além de sinais de maus tratos que foram verificados durante exame físico. Quando interrogados sobre as situações de violência que presenciavam ou eram vítimas respondiam que era normal devido à condição social em que viviam, de extrema pobreza, pois ficavam susceptíveis a maus tratos tanto físicos como psicológicos. Mais tarde, com o objetivo de conhecer o contexto em que esses adolescentes estavam inseridos, suas necessidades e apreender a concepção que eles têm da violência em seu cotidiano, iniciaram-se encontros para a coleta de dados da presente investigação, com a documentação necessária e o registro das entrevistas realizadas.

4.2.4 Procedimentos éticos

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (Anexo 6), em 14 de fevereiro de 2008. Depois disso, foi enviado um ofício (Anexo 1) ao responsável do CCCA, para ciência da investigação científica que se pretendia realizar neste Centro Comunitário.

Assim que autorizada a entrada da pesquisadora no local esta se apresentou aos responsáveis legais e aos adolescentes para explicar os objetivos, garantir o caráter sigiloso da pesquisa, o procedimento das entrevistas e a utilização da informação prestada. Uma vez esclarecidos, eles poderiam optar por aceitar ou não participar da pesquisa (Anexos 2 e 3)

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 4) foi distribuído e assinado pelos responsáveis legais e pelos adolescentes que optassem por participar da investigação, conforme preconizado pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (Ministério da Saúde, 1996).

4.2.5 Tratamento e análise dos dados

A investigação apreendeu, através das falas, as concepções e representações de violência no cotidiano dos adolescentes. As entrevistas foram transcritas na íntegra e as narrativas foram preservadas de modo a respeitar as perspectivas dos próprios narradores. Ou seja, o texto transcrito foi sistematizado de forma a manter a essência do pensamento do entrevistado. Mesmo quando sintetizado, se necessário, não houve alteração dos conteúdos das falas. Tratou-se de uma estratégia apenas para dar maior clareza ao discurso.

A seguir, foram elencadas as categorias empíricas de modo a revelar um retrato da experiência coletiva, vivência e percepção da violência pelos adolescentes em situação de exclusão social.

Neste estudo, foi utilizado o referencial metodológico da Análise de Conteúdo proposto por Bardin (1979), que consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Na Análise de Conteúdo, o texto é um meio de expressão do sujeito, onde o pesquisador busca categorizar as unidades de texto (palavras ou

frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem. Esta análise baseou-se nas categorias temáticas.

A análise categorial temática é o tipo de análise mais antiga e, na prática, a mais utilizada. “Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamento analógicos”. Nesse tipo de análise, constroem-se categorias conforme os temas que emergem do texto. Assim, para classificar os elementos em categorias, é preciso identificar o que eles têm em comum, permitindo seu agrupamento. A este tipo de classificação se dá o nome de análise categorial ou análise temática (Bardin, 1979).

Na análise por categorias temáticas, tenta-se encontrar “uma série de significações que o codificador detecta por meio de indicadores que lhe estão ligados, (...) o que exige qualidades psicológicas complementares como a fineza, a sensibilidade, a flexibilidade, por parte do codificador para apreender o que importa” (Bauer, 2002).

Neste processo de análise Temática, proposto por Bardin (1979), foram percorridas as seguintes etapas:

- 1) Pré-análise: fase de organização, onde foram realizados: leitura flutuante, elaboração de objetivos e indicadores que fundamentem a interpretação.
- 2) Exploração do material: nesta etapa, os dados foram codificados a partir das unidades de registro.
- 3) Tratamento dos resultados e interpretação: fase de categorização, ou seja, de classificação dos elementos segundo suas semelhanças e diferenciações, com posterior reagrupamento, de acordo com as características comuns.

Assim foi construído um quadro para cada categoria temática a fim de organizar os discursos dos adolescentes (Anexo 7).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Representações da Violência: significados para os adolescentes pobres

Nas últimas décadas, houve uma ampliação do entendimento da violência e uma reconceitualização, devido às suas peculiaridades atuais e aos novos significados que o conceito assume, “de modo a incluir e a nomear como violência acontecimentos que passavam anteriormente por práticas costumeiras de regulamentação das relações sociais” (Abramovay, 2000).

A construção de um significado sobre a violência foi utilizada neste estudo com o propósito de visualizar melhor a percepção do adolescente diante da problemática da violência, através da caracterização do contexto social na qual esse grupo está inserido com o objetivo de proporcionar uma intervenção adequada que se leve em conta a história social e pessoal desse grupo.

Assim, na atual sociedade, a violência cotidiana configura-se como aspecto representativo e problemático da organização da vida social, especialmente nos grandes centros urbanos, manifestando-se nas diversas esferas da vida em comunidade.

Quando questionados sobre os significados da violência em seu cotidiano, os adolescentes revelaram seus pensamentos, crenças e reflexões que foram agrupadas nas seguintes categorias: 1) abuso de poder e 2) violação dos direitos.

O significado atribuído à violência pelos adolescentes diz respeito ao seu processo de gênese através da história, ou seja, as marcas da violência são representadas pela marginalização à qual este distinto grupo vem sendo exposto no decorrer da história.

5.1.1 Abuso de poder: violência como ato impune e intencional

A primeira categoria empírica identificada na fala dos adolescentes entrevistados foi o abuso do poder de forma intencional e muitas vezes impune do adulto sobre o adolescente, evidenciando a hierarquia entre crianças e adultos construída através dos tempos.

Segundo Sousa (2004), violência é um termo que provém do latim e que no início do século XIII era utilizado para designar “abuso da força”. No século XVI exercer a violência, violentar significava agir sobre alguém ou fazer esse agir contra a sua vontade mediante força ou intimidação.

As falas a seguir afirmam esta assertiva:

“Violência é matar é roubar é bater ser agredido sem fazer nada (D1)”.

“É você ser machucado por alguém sem poder fazer nada. É bater, xingar, discriminar, não ter amor nem paz para viver (D2)”.

“É tortura, não tem respeito se é criança se é grande. Quando xinga também, daí bate, quando fica colocando apelido que a gente não gosta (D4)”.

Assim, a violência era vista pelos adolescentes como uma situação de vitimização, expressa em atos com a intenção de prejudicar, subtrair, subestimar e subjugar, envolvendo sempre um conteúdo de poder, quer seja intelectual, físico, econômico, político ou social.

“É quando uma pessoa mata, fica batendo (D6)”.

“Bater no outro sem ele ter feito nada, tudo que é ruim (...) dá dor, sofrimento, tristeza (D3)”.

De acordo com Spinoza (1982), a violência reflete uma situação de impotência; trata-se de uma agressividade tirânica, fruto de constrangimento, de tristeza resultante de relações de dominação. Assim, “acreditar que a

solução possa ser dada pelos poderes é ignorar que a fonte da violência é o próprio poder” (Spinoza, 1982).

Marino (2004), em seu estudo sobre ciclos históricos de violência na América Latina, discorre sobre o poder que envolve a habilidade por parte de agentes individuais ou coletivos de impor a sua vontade sobre outros. Segundo o autor, aliado ao uso do poder, observa-se a questão da autoridade expressa em um comando, dado por um líder para que seja obedecido pelo grupo de subordinados, sobre o qual se diz que o líder exerce "dominação legítima".

A passagem do poder para a dominação legítima e a autoridade pressupõe um elemento de aceitação voluntária que, no caso de sociedades com altos antagonismos de classes e, portanto, baixa integração social, torna-se muito mais a exceção do que a norma (Marino, 2004).

Segundo Foucault (2001),

Um poder que correria ao longo de toda a rede social, agiria em cada um de seus pontos e terminaria não sendo mais percebido como poder de alguns sobre alguns, mas como reação imediata de todos em relação a cada um.

Dessa forma, ao enfatizar as condições econômicas de existência compreendida nas relações sociais Foucault expõe também as “formas de dominação” que são impostas no meio social (Foucault, 1996).

A expressão “formas de dominação” é entendida como as múltiplas formas de domínio que podem ser exercidas na sociedade, através das múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social. Assim, em nosso meio social, uma das formas de dominação explícita compreende as relações sociais cujo meio de dominação se dá através da condição econômica dos sujeitos sociais envolvidos. Compreende-se, assim, a violência como um processo que funciona através das relações de poder e que é responsável pela produção e reprodução dos seus efeitos e conseqüências perante a sociedade (Foucault, 1996).

O presente estudo entende a dinâmica da violência entre o adulto e o adolescente baseada na relação de poder e no conhecimento desigual de ambos, onde o adolescente representa ser a vítima de forças que ele

geralmente não entende e não tem influência sobre, pois, a imagem do adolescente como sujeito ativo no mundo sócio histórico e cultural ainda não está bem constituída (Foucault, 2001).

Há alguns elementos consensuais sobre o tema da violência que permitem significar o fenômeno nas falas dos adolescentes: noção de coerção ou força; dano que se produz em indivíduo ou grupo de indivíduos pertencentes à determinada classe ou categoria social, gênero ou etnia.

De acordo com Michaud,

Há violência quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou a mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses ou em suas participações simbólicas e culturais (Michaud, 1989:11).

Dessa forma, o reconhecimento do ser humano pela sociedade como cidadão dá-lhe direito à liberdade e à felicidade, entretanto a violência surge como um fenômeno relacionado ao emprego ilegítimo da força física, moral ou política contra a vontade do outro.

5.1.2 Violência como violação dos direitos

No conjunto das falas dos adolescentes, a questão dos direitos e deveres, enquanto categoria empírica na significação da violência no cotidiano evidencia que embora o Brasil possua uma das mais elevadas legislações na área da infância e da adolescência, há deficiência em colocar tais ações em prática.

O atual modelo de legislação sobre a infância e a adolescência no Brasil, reflete a historicidade de um processo de mudança na legislação brasileira, circunscrita à área da infância e da adolescência, à Constituição da República e, depois, ao Estatuto da Criança e do Adolescente como expressão de um novo projeto político de nação.

Na década de 50, na história do Brasil, houve duas categorias distintas de crianças e adolescentes: a dos socialmente incluídos e integrados, a que se denominavam crianças e adolescentes, e a dos pobres e excluídos, denominados menores. Aos últimos se destinavam a antiga lei, baseada no direito penal do menor e na doutrina da situação irregular.

Essa doutrina definia uma política de atendimento que variava do assistencialismo à total segregação, pois, os menores ficavam sob a tutela do Estado, sob o arbítrio inquestionável da autoridade judicial. Essa política foi a responsável pela criação e a proliferação de grandes abrigos e internatos, onde ocorria toda a sorte de violações dos direitos humanos (Costa, 1993a).

Na Constituição Federal do Brasil em 1988, artigo 227, foi à base para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) promulgado em 1990. Neste, as crianças brasileiras, sem distinção de raça, classe social, ou qualquer forma de discriminação, passaram de objetos a ser sujeitos de direitos, a quem se deveriam assegurar, por lei, prioridade absoluta na formulação de políticas públicas e destinação privilegiada de recursos nas dotações orçamentárias das diversas instâncias político-administrativas do País (Costa, 1993a; Del Priore, 1999).

Desta forma, o ECA, além de uma legislação que assegura direitos e deveres da criança e do adolescente, é uma forma completamente nova de se perceber a criança e o adolescente e que vem, ao longo dos anos, sendo assimilada pela sociedade e pelo Estado.

Há importantes preceitos do ECA que marcam a ruptura do velho paradigma da situação irregular do menor que são: a prioridade do direito à convivência familiar e comunitária, a priorização das medidas de proteção nas instituições socioeducativas, deixando de focalizar a política da infância nos abandonados e delinqüentes; a integração e a articulação das ações governamentais e não-governamentais na política de atendimento e a municipalização do atendimento de saúde.

Em 1992, a criação da Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) foi uma importante contribuição à formulação de políticas públicas e à destinação de recursos para o cumprimento do ECA.

No entanto, as políticas públicas de atenção à criança e ao adolescente ainda enfrentam o desafio das precárias condições de vida em que estas se encontram, vivendo no cotidiano, muitas vezes, situações extremas de exclusão social, em que os direitos assegurados no Estatuto são respeitados (Brasil, 1995).

Nas falas dos adolescentes entrevistados nesta pesquisa houve uma significativa relação entre o não cumprimento do ECA pelas instâncias governamentais expressas da seguinte forma: pobreza, fome, dificuldade de acesso aos direitos básicos, discriminação social e de etnia como elementos vinculados à violência no cotidiano dos adolescentes.

“As pessoas ficam batendo nos outros, não tem respeito se é criança se é grande (D5)”.

“É muito triste, é sofrimento, você não tem sonhos, tem desrespeito da sua vida, dos seus direitos de adolescente, tudo isso (D10)”.

As falas expressam o desrespeito aos direitos do adolescente expressos pela falta de segurança e conseqüentemente a ausência de sonhos e a prevalência do medo.

Assim, se o ECA teve como propósito à superação da condição da criança e do adolescente marginalizado através de uma Lei que assegurasse a dignidade de sua condição, ao que parece, isto não está concretizado ainda.

De acordo com o artigo três do Estatuto da Criança e do Adolescente (1995):

“A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim

de lhes facultar os desenvolvimentos físicos, mentais, morais, espirituais e sociais, em condições de liberdade e de dignidade”.

Estudo realizado por Pinheiro e Adorno mostra que o poder público tem se revelado impotente diante da violação do direito da criança e do adolescente, um quadro que se torna mais agudo devido à atual conjuntura sócio-econômica que aprofunda as desigualdades regionais e sociais (Pinheiro, Adorno, 1993).

5.2 Percepções do ambiente social violento

Esta categoria empírica expõe os principais ambientes sociais que os adolescentes revelaram como mais vulneráveis à presença e ao sofrimento resultante da violência tanto por terceiros como por eles próprios.

Estudos sobre a violência na adolescência revelam que ela se manifesta em diversos lugares, podendo ser na comunidade, na escola, nas instituições sócio-educativas e na família (Abramovay, 2002; Pinheiro e Adorno, 1993).

Porém, a faceta mais cruel dessa realidade é a invisibilidade, já que muitos dos casos de violência não são notificados e, muito menos, investigados. A vulnerabilidade é ainda maior quando se fala em pessoas com deficiência, negros, adolescentes moradores de rua e de meninas e meninos que vivem em comunidades populares dos grandes centros urbanos, ou seja, indivíduos que sobrevivem em situação de exclusão social.

A exclusão social, aqui entendida como marginalização, é fruto da vida social que produz e reproduz a todo instante e em todos os níveis, não apenas econômicos, mas também políticos e culturais – diante da expressão de diferentes concepções de mundo, e de acordo com cada classe social – uma multiplicidade de relações contraditórias que, por sua vez são responsáveis pela manutenção das desigualdades sociais.

Participar de uma classe social significa, para o indivíduo, partilhar de múltiplas e diversas atividades sociais, na escola, na família, no trabalho e

outros, definindo uma forma de pensar e de conceber a si próprio e aos outros, dentro de um modelo político e econômico onde a relação entre os homens está determinada e ocorre independente de sua vontade, em relações de produção onde a totalidade dessas relações forma a base que corresponde a formas sociais determinadas de consciência. Assim, o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social (Fonseca, 2007).

Para Andery (1988) não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas é o ser que determina a consciência:

A compreensão e explicação de um fenômeno depende (...) da descoberta das relações e conexões que lhe são intrínsecas, que o formam e que inserem este fenômeno em uma totalidade, totalidade que acaba também, por determiná-lo e da qual não se pode ser subtraído, sob pena de se perder a compreensão do movimento que constitui o fenômeno, e nesse caso, a compreensão do próprio fenômeno.

As percepções do ambiente social violento, pelos adolescentes, foram reveladas através de várias outras categorias, conforme, explicitado a seguir.

5.2.1 Violência doméstica

A família insere-se num contexto histórico e sócio cultural responsável pela socialização primária da criança. Ela reflete as normas, as crenças e as tradições de uma cultura, ou seja, a família é “uma esfera de formação social onde os valores são constantemente construídos e reconstruídos a partir da convivência familiar entre seus membros” (Ribeiro; Ribeiro, 1994).

O fato é que a família é o primeiro grupo e a primeira experiência de exercício da cidadania que todo indivíduo vivencia, sendo essa experiência profundamente marcante e, muitas vezes, determinante na trajetória de vida. No entanto, como “laços de consangüinidade não asseguram o amor” (Saffioti, 1989), freqüentemente o convívio familiar é marcado pela violência doméstica cujas principais vítimas são crianças, adolescentes e mulheres.

Algumas falas dos adolescentes entrevistados afirmam isso:

“Uma vez o filho do meu pai queria matar minha mãe; ai eu cheguei assim para ajudar minha mãe, porque eles não gostavam da minha mãe, ai eles queriam agredir ela (D4)”.

“Na minha casa quando meu pai chegou bêbado (...) ele bebe bastante, daí fica xingando todo mundo, aí minha mãe ficou nervosa e começou a chorar (D11)”.

As famílias dos adolescentes entrevistados são compostas por membros com e sem laços de consangüinidade, ou seja, muitas das famílias convivem num mesmo ambiente com outra família: o padrasto com seus filhos e enteados, parentes que vêm de longe e não têm um local para ficar e permanecem durante algum tempo com a família do adolescente. Assim, entender a formação da família é compreender as relações que são construídas neste ambiente.

Falta de diálogo entre os filhos e enteados e raiva da madrasta ou do padrasto são algumas das situações que permeiam o cotidiano dos adolescentes entrevistados.

A violência doméstica é caracterizada pelo abuso do poder disciplinar e coercitivo de pais ou responsáveis, que muitas vezes se prolonga ao longo de meses e anos, sendo uma violação dos direitos essenciais da criança e do adolescente em sua condição de humanidade (Azevedo, 1997). Pode apresentar-se na forma de violência física, psicológica, sexual ou negligência, abandono.

Muitas vezes a agressão pode ser tão sutil ou tão viciosa que passa despercebida e está tão arraigada no nosso modo de ser que a justificamos (Krynski et al, 1985, Mirabal, 1988 e Taylor, 1992), através da naturalização dos atos violentos, como as medidas disciplinares colocadas pelos pais.

A seguir, algumas falas dos adolescentes naturalizam os atos violentos como medidas disciplinares:

“Em casa às vezes a gente apanha, a mãe dá palmada, mas a gente também apronta, e a minha mãe é brava, ela não está trabalhando ai eu acho que ela fica assim bem brava (D6)”.

“Na minha casa eu e meus irmãos nós brigamos, mas isso não é violência não. Minha mãe fica brava e bate com a mão na gente olha, tem uma marca aqui de quando ela me bateu (D13)”.

Esta naturalização ocorre porque culturalmente aprende-se desde a mais tenra idade a importância da obediência e do respeito à autoridade dos pais. Por outro lado, o autoritarismo exacerbado dos pais constitui uma forma de violência ao expressar-se por atos opressivos e agressivos, que retiram o espaço do diálogo e do respeito, evidenciando a submissão e a dominação. Esse exercício de poder no interior das relações familiares que se configura como abuso psicológico não deve ser confundido com autoridade paterna, entendida como a função socializadora exercida pelos pais, que inclui a transmissão de valores sociais e a definição dos limites das ações individuais, que canaliza e estabelece a contenção dos instintos, necessária à civilidade (Assis et al, 2004).

Dessa forma, a falta de diálogo e de paciência, a imposição de castigos, coerções e palmadas; são aspectos relativos à violência física e psicológica encontrados nos dados dessa pesquisa, evidenciados e enfatizados nas falas:

Eu e minha mãe brigamos muito. Ela fala as coisas dando bronca e eu nem fiz coisa errada; ai dá vontade de fazer (D3).

“Quando meu pai a deixou, ai que ela ficou mais insuportável e fica só dando patadas nas pessoas; quase ninguém gosta dela. Isso é muito ruim (...) ela é minha mãe! (D15)”.

O conteúdo das entrevistas evidencia a expressão da violência praticada pelos pais como um descontrole dos próprios pais perante a falta

de controle nas situações do dia-a-dia. É preocupante, no entanto, a exposição desses adolescentes a essa violência que, se não controlada, passa a ocorrer constantemente com o risco de introjetar modelos comportamentais de agressividade, rejeição, revolta e medo, perpetuando-se no ciclo intergeracional, como se pode observar na fala abaixo:

“Em casa é assim: os pais batem nos filhos, os maridos batem nas esposas, xinga também, fica gritando. É sempre assim (D8)”.

A frustração observada na fala anterior tenta justificar o comportamento dos pais através de um movimento cíclico evidenciado quando o adolescente diz *“é sempre assim”* e coloca exemplos que ele presencia no cotidiano como a perpetuação das agressões pelos pais e também da presença explícita da violência entre os próprios pais *“os maridos batem nas esposas”*.

“Minha mãe é brava, ela não está trabalhando aí eu acho que ela fica assim bem brava (D2)”.

“Meu pai, que não é meu pai porque é meu padrasto, ele fica nervoso ai fica nervoso com a minha mãe porque ela não consegue trabalho, ai ele fica xingando ela, ameaçando assim que vai bater, mas não bate não (...) eles ficam assim um xingando (D11)”.

“Na cadeia também tem muita violência, meu padrasto ficou lá, por isso que ele é assim, a minha mãe fala. Ele bebe, fica chateado. A pessoa sofre muito lá dentro. É difícil (D16)”.

As falas mostram que os adolescentes justificam o comportamento agressivo dos pais baseados na impotência desses em conseguirem sustentar a família através de um emprego que dê para arcar com as despesas, revelando as formas de viver em uma sociedade onde sobrevivem de uma forma marginalizada, sem acesso a condições

adequadas de sobrevivência e vislumbram no trabalho uma perspectiva de futuro e, assim, uma re-inclusão na sociedade.

O trabalho é enfatizado por ser o meio de sobrevivência das famílias, além de inspirar respeito perante a comunidade.

É no interior da família, como espaço social distinto, que se consubstanciam hierarquias de idade e sexo, sendo esta uma forma de aprender como a sociedade determina as estruturas de geração e gênero.

Assis et al (2004), abordam uma das conseqüências da violência doméstica em estudo realizado sobre essa temática com adolescentes, em escolas do Rio de Janeiro, onde constatou que 14,6% dos estudantes sofreram violência física severa de pai ou mãe; 11,8% testemunharam ou vivenciaram violência sexual na família e 48,0% relataram sofrer violência psicológica de pessoas significativas. Segundo o estudo, adolescentes que sofrem violência em casa são mais freqüentemente vítimas de violência na comunidade e na escola, relatando-se também mais transgressores da lei.

Conforme o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, anualmente 6,5 milhões de crianças sofrem algum tipo de violência doméstica no país. No Brasil, 18 mil são espancadas diariamente e 300 mil crianças e adolescentes são vítimas de incesto (Brasil, 2002).

Assim, a vulnerabilidade às situações violentas vivenciadas no âmbito familiar faz dos adolescentes sujeitos mais propensos a sofrerem agressões ou serem perpetuadores da violência na comunidade e a escola.

5.2.2 Violência na rua e na escola.

O fenômeno da violência na coletividade como categoria empírica emergiu do conteúdo das entrevistas e permite abordar a violência no decorrer da história brasileira como um processo que sempre existiu. Caracterizar a violência na sociedade brasileira é considerar a especificidade interna da sociedade e suas particularidades históricas. Dessa forma, devemos levar em consideração o processo de formação da sociedade

brasileira pautada na colonização e na escravização, entendendo-se que a violência no atual momento é resquício do desenvolvimento dessa civilização.

Wieviorka (2006) atenta para o enraizamento da violência na história e nos processos sociais, assumindo diferentes expressões e mudanças nas percepções e nos comportamentos da população em relação a ela, originando assim, novas formas de vitimização.

Considerando-se que a violência doméstica é muito mais freqüente porque é naturalizada, a violência fora de casa assume para os adolescentes um caráter de maior gravidade, conforme demonstram as falas a seguir:

“Na rua, eu também já vi gente morrer assim de briga (D4)”.

“Eu já vi um ladrão assaltando um cara: daí o cara saiu correndo. Ele tava armado, aí ele pegou uma arma e atirou para cima; aí todo mundo deitou no chão, minha irmã me puxou e nós caímos; aí bati a cabeça no chão (D13)”.

“Na rua a violência aparece mais, porque as pessoas têm arma, tem faca, tem assalto, morte (D14)”.

“Na rua tem muito assassinato, seqüestro, seqüestro relâmpago, morte. Dá muito medo de sair de casa, a gente não sabe o que vai encontrar (D15)”.

“Tem muita gente suja na rua, pedindo esmolas, bêbado. Eles ficam te encarando. Eles cheiram mal porque usa droga. É muito perigoso (D16)”.

As falas mostram que a ocorrência da violência na rua está associada a assaltos, crimes, mortes, agressões físicas, seqüestros, medo do desconhecido. Além disso, as situações violentas presenciadas na rua aparecem como as mais comuns, que acontecem independente de horário “o dia todo”, denunciando uma situação desgastante aos olhos de todos e sem marcas da justiça.

“Na rua eu já vi muita briga, gente batendo xingando. Tem gente que fala palavrão bem alto, faz barraco e fica provocando (D9)”.

Estudos mostram o aumento deste tipo de violência revelado pelos dados relativos ao aumento de mortes por causas externas em capitais brasileiras e que apresentam a face mais cruel da impunidade que a própria sociedade encobre e esconde atrás de serviços de segurança particulares (Souza e Minayo, 1994).

As taxas de homicídios entre meninos com idades entre 15 e 17 anos são pelo menos três vezes mais altas do que em relação às meninas. Esse aumento repentino na taxa de violência entre crianças acima de 15 anos ocorre até mesmo em regiões com baixas taxas gerais de homicídios e indica a extrema necessidade de serem tomadas medidas para impedir comportamentos violentos antes da adolescência e até meados dessa fase (Souza e Minayo, 1994).

A magnitude dos dados e a exposição pela mídia fazem com que a percepção dos adolescentes em relação à violência na comunidade reflita a visão popular que associa diretamente a violência ao crime. Ou seja, o entendimento da violência dominante na coletividade é a violência criminal e a delinquência.

Os resultados mostram a percepção da violência sustentada pela visão popular, diante das agressões nos atos violentos presenciados. Essas percepções são classificadas de acordo com Soares e Carneiro (1996) como: no sentido moral, a violência é que deteriora a moral e os valores; no sentido econômico, a violência é entendida sob a ótica das causas e das conseqüências da ordem social vigente marcada pela desigualdade social e no sentido criminoso, a violência é reduzida à delinquência.

Dessa forma, a percepção da violência enquanto um “fenômeno da ordem do vivido” pelos adolescentes carrega uma alta gama de significações e atribuições sendo suas manifestações influenciadas por uma forte carga emocional, de quem a sofre e de quem a presencia. Daí, entender sua

dinâmica no contexto social, neste caso, na comunidade, é considerar o julgamento moral que a sociedade faz dos eventos violentos.

“Porque se meu pai ficar sabendo que eu briguei e apanhei, quando chego em casa eu apanho de novo, se brigô tem que bater. Me dá revolta também. Ah é difícil! Principalmente quem não tem nada a ver com a briga e se mete, aí leva também (D5)”.

Na fala anterior se destaca mais um exemplo de ato violento presenciado, porém com o adolescente como próprio ator envolvido na trama.

De acordo com a Assembléia Geral das Nações Unidas em 2006, a violência física entre colegas tende a ser mais comum em áreas urbanas afetadas pela falta de empregos, educação e amenidades sociais e por baixos padrões de moradia, nas quais populações jovens e em processo de crescimento rápido expressam sua frustração, raiva e tensão acumulada envolvendo-se em brigas e adotando comportamentos anti-sociais. Em grande parte, essa violência envolve conflitos pessoais entre amigos e conhecidos e está fortemente associada ao uso de drogas e bebidas alcoólicas.

Outro aspecto a destacar enquanto perpetrador de atos violentos, os adolescentes referem-se à escola como local onde a violência entre os pares e que é mais visível.

A experiência escolar marca profundamente a vida do adolescente por ser uma grande vivência de socialização, de convívio com as diferenças, um espaço no qual o indivíduo tem a possibilidade de desenvolver capacidades tais como ouvir, negociar, ceder, participar, cooperar e lhe é oferecida a oportunidade de interagir com outros adultos e de identificar novos modelos de referência.

Ao entrar na escola, a criança traz consigo um conjunto de características pessoais, de experiências de vida, de capacidades já desenvolvidas e de potencialidades.

Atualmente, a escola é perpassada pela violência e isso fica mais grave se desenvolver “uma pedagogia que escamoteia o conflito, que impede que as contradições apareçam, uma pedagogia que nega a realidade e que prepara para um mundo que não existe, ou melhor, não prepara para o que existe” (Costa, 1993).

Nessa perspectiva, a escola constitui um reforçador da violência em relação à criança e ao adolescente, quando tenta negar e excluir a violência produzida pelo meio social. A história da educação escolar pode explicar em parte este fato.

A partir dos anos 60, os ensinos fundamental e médio estavam sob a égide das teorias psicológicas desenvolvimentistas, que colocavam os alunos no centro do processo educacional. Nos fins dos anos 70, houve um discurso sobre a reprodução e a legitimação das desigualdades sociais, mediante a imposição de um ensino identificado com a classe dominante ou mesmo de um mau ensino identificado com os interesses da dominação de classes. Nos anos 90, houve um refinamento das formas de avaliação, trazendo a novidade de inflacionar os diplomas, mediante políticas educacionais mal compreendidas pelos professores, como a promoção automática e a avaliação por ciclos. No Estado de Bem Estar social foi defendida uma política econômica de pleno emprego que prometia aos egressos da escola um lugar no mercado de trabalho, ou seja, o fornecimento de um emprego junto com o diploma (Spósito, 2003).

Entretanto, o mercado de trabalho é regido por suas próprias leis que independem da oferta de diplomados e, atualmente as injunções neoliberais impostas pela globalização derrubaram essa ilusão. Segundo Souza (2002):

Ilusão porque a escola de outrora, dividida entre escolarização longa e curta, entre o caminho do secundário técnico, do normal e do propedêutico, reservava apenas para esse último o caminho real, o que conduzia à universidade, às altas posições no mercado de trabalho e aos cargos de decisão.

Permeando esta pedagogia temos a violência que segundo Dubet (1998) existe tanto nas escolas públicas como nas privadas, assim como nos bairros centrais como da periferia. Porém,

Não se pode ignorar o fato de que a violência está concentrada nas escolas “problemas”, situadas nos subúrbios das grandes cidades, que aglutinam hoje toda a gama e os diferentes matizes da desigualdade cultural e social desse país (Dubet, 1998).

A redução das crianças e adolescentes à condição de vítimas das condições injustas propiciadas pelo capitalismo leva os educadores a tratá-los com condescendência, nada exigindo dos “coitados” e ainda o neoliberalismo prega a modernização da escola e sua adaptação à demanda dos alunos (Souza, 2002).

Sendo a violência uma realidade dos alunos, a escola é conduzida na direção de ser uma instituição de segurança. Condenada a ser estabelecimento de guarda de crianças e adolescentes, pois não exige nada dos alunos, só que fiquem na escola, é quando eles se tornam objeto de atenção ou de projetos educativos porque se tornam “problemáticos” ou “em situação de risco”. Não é de se estranhar que os adolescentes reconheçam nesta atitude um incentivo à violência.

A violência nas escolas assume a forma de brigas e atitudes intimidatórias entre os adolescentes. Comportamentos agressivos, inclusive brigas, são amplamente percebidos como problemas disciplinares. A intimidação está freqüentemente associada à discriminação de estudantes de famílias pobres, de grupos etnicamente marginalizados ou com características pessoais singulares, como, por exemplo, sua aparência ou alguma deficiência física ou mental (Souza, 2002).

“Na escola tinha dois meninos da oitava que estavam brigando aí começou assim a sair sangue, a camiseta tava rasgada, foi bem feio (D4)”.

“Na escola tem umas meninas folgadas e elas vêm bater e quer que a gente apanhe aí se ela apanhar chama um tanto de menina para bater nos outros. Elas gostam de provocar (D12)”.

As escolas também são afetadas por eventos ocorridos na coletividade, como, por exemplo, a cultura de gangues e de atividades criminosas relacionadas ao tráfico de drogas.

Segundo Cárdua (1997) se além da violência doméstica esses adolescentes são testemunhas ou vítimas de violência na comunidade, as conseqüências também se agravam:

Eles (adolescentes) têm mais dificuldades de leitura e compreensão de textos (...), menor capacidade de atenção e concentração em tarefas (...), são ainda mais apáticos, desinteressadas pelas normas. Têm mais problemas disciplinares, mais suspensões, piores notas, repetências. (...) O mau desempenho escolar afeta a autopercepção de competência e motivação para as atividades escolares. Esses aspectos estão associados a uma baixa auto-estima e à violência dentro das escolas (Cárdua, 1997).

O fracasso escolar freqüentemente gera um processo de culpa e deterioração da auto-estima, com sentimentos de inferioridade por acreditar que, tendo fracassado na escola, fracassará também na vida. Dessa forma, tanto o insucesso escolar pode ser a causa de comportamentos agressivos, quanto à violência pode motivar o baixo desempenho acadêmico. Estudantes que evadem da escola burlam aulas ou têm uma auto-imagem acadêmica pobre apresentam maiores probabilidades de se engajarem em comportamentos violentos e de risco para sua saúde (Cárdua, 1997).

“Não dá gosto ir para na escola, o pessoal fica xingando porque tô com os pivetinhos (D5)”.

“Na escola tem o professor que ficam xingando a gente. A escola não é boa, não tem professor bom (D12)”.

Segundo Minayo et al. (1999b), as instituições escolares apresentam três atitudes básicas em relação à violência: quando ocorre no âmbito doméstico, se omitem; quando cometida por aluno(s), reprimem; quando cometida por professor, minimizam ou acobertam.

5.3 Estratégias de enfrentamento (reação) da violência

A busca de unidades de significação na análise de conteúdo das entrevistas permitiu a mediação entre a subjetividade presente nos discursos

e a construção simbólica dos sentimentos, pois se trata de um constructo da produção humana e social. Essa mesma unidade assinala as determinações e gêneses configuradas no plano individual, por intermédio das emoções, necessidades, interesses atribuídos pelos entrevistados às situações conflituosas presenciadas (Camacho, 2001).

O processo de análise das representações subjetivas teve como ponto de partida investigar a trama complexa das relações sociais do adolescente, da violência instituída na vida familiar com seus contornos corriqueiros, seus simbolismos e seus mecanismos de construção e expressão.

Dessa forma, além de seqüelas orgânicas, relacionadas com seqüelas corporais como lesões, temos também as seqüelas psicológicas que se caracterizam por raiva, medo, ansiedade e revolta frente ao agressor, resultando em desconfiança, diminuição do aprendizado, sentimentos de exclusão e receio nos futuros relacionamentos interpessoais.

No tocante às estratégias para o enfrentamento da violência elencamos duas categorias: 1) a reprodução dos atos violentos e 2) o medo, a fuga e a revolta.

5.3.1 A reprodução dos atos violentos

Os comportamentos socialmente aprendidos nos espaços domésticos são freqüentemente reproduzidos pelos adolescentes nos espaços extrafamiliares. Porém, quando se trata de um adolescente que vive num contexto social marginalizado e que presencia constantemente violência no âmbito doméstico, na escola e na comunidade a violência acaba configurando-se, muitas vezes, como atitudes de permissividade sendo reproduzidas pelo adolescente.

A seguir as falas dos adolescentes que possibilitam esse recorte categórico:

“Se for brigar tem que bater mesmo, deixar o outro aleijado, senão apanho em casa, aí os cara tira uma da minha né! (D3)”.

“Um homem bateu na cabeça do outro homem, aí este pegou uma garrafa e deu nele e machucou ele todinho. Ninguém sabe o porquê aconteceu, eles começaram a brigar e todo mundo falou que normal porque é coisa de bêbado mesmo (D1)”.

“Quando eu crescer vou fazer boxe, aí mané vai apanhar, não vai sair livre não (D16)”.

Essas condutas agressivas praticadas e vivenciadas, ao contribuírem para a disseminação da violência, acabam por banalizá-la e legitimá-la. Assim, "de tanto acontecer, ela passa a ser considerada 'natural', como se fosse 'norma'" (Camacho, 2001).

Como consequência, passa a ser culturalmente legitimada pelo grupo, e usada de forma que uma violência justifique a outra, tornando difícil "distinguir o que é defesa do que é ataque, o que é proteção do que é agressão" (Batista e El Moor, 1999).

Neste estudo, entende-se por naturalização da violência um fenômeno que é tido como sem história ou sem razão social, apenas um impulso ou propensão de ordem natural-biológica (Andery, 1988).

A banalização da violência está inserida num cotidiano marcado por um modo de produção capitalista, cujo alicerce se sustenta sobre uma sociedade dividida em classes sociais, na qual, a precária condição de vida da população brasileira se apresenta como uma parte desse alicerce devido à desestruturação econômica e fragmentação da estrutura familiar (Andery, 1988).

De acordo com McAlister (1998), adolescentes que foram vítimas de violência na infância carregam o mais alto risco de se tornarem perpetradores de violência.

“Me dá raiva às vezes, dá vontade de fazer a mesma coisa que o outro fez (D12)”.

“Dá revolta né. Vontade até de bater no outro porque ele tá fazendo o outro sofrer (D15)”.

“É todo dia, de manhã, de tarde. É terrível (D11)”.

As desigualdades sociais são socialmente produzidas por um conjunto de relações que abrangem as varias esferas da vida social. No âmbito econômico, tem-se um conjunto de relações que levam à super exploração do trabalho e à extrema concentração de riqueza. No político, assiste-se a um processo de exclusão que mantém a grande maioria da população distante das decisões governamentais, o que acaba ao mesmo tempo mantendo essas condições socioeconômicas e reproduzindo a multiplicação das desigualdades.

“Eu sinto raiva, essas coisas. Só raiva. Porque não dá para fazer nada (D9)”.

“Na escola mais é normal! Eles falam assim com todo mundo e se a gente fala alguma coisa pra alguém, ninguém acredita. Não fazem nada (D3)”.

“Eles (colegas da escola) ficam mexendo com todo o mundo, ficam zoando até empurrando e você não pode fazer nada nem ninguém (D8)”.

“Se agente fala alguma coisa para alguém, ninguém acredita. Não fazem nada ai o pessoal continua pegando no nosso pé porque sabe que ninguém quer se envolver, ai eles aproveitam (D7)”.

A impunidade para quem pratica o ato violento, mencionado pelos adolescentes, contribui também para banalização da violência uma vez que as falas apresentam este ato como um problema em que autoridades e responsáveis acabam ficando às cegas para as situações cometidas, não tomando partido, fazendo “vistas grossas”.

A complexidade da violência e a dificuldade de seu entendimento podem ser responsáveis pela omissão da maioria das pessoas de não se pronunciarem a respeito ou tomar qualquer medida de punição. A represália é um aspecto que deve ser considerado, ainda mais num cenário onde a mídia aparece como responsável pela demasiada focalização e exposição dos casos violentos de repressão.

5.3.2 O medo, a fuga e a revolta

Esta categoria evidencia o medo que emerge na percepção do adolescente frente aos casos de violência vivenciados ou presenciados, sendo este um determinante que influencia o que fazem ou o que pensam poder fazer.

Para Morris e Kratochwill (1983) o medo se desvela como uma reação emocional mais ou menos intensa, perante um perigo específico, real ou imaginário. E de acordo com Roazzi, Federicci e Carvalho (2002), os medos alteram-se com a idade, gênero e classe sócio-econômica.

O conteúdo das falas revela:

“Ah, tem o medo! Tem um menino lá na minha sala que é malandro, ladrãozinho e vive gente batendo nele. Aí, eu e meu amigo fomos bater nele. Começamos a bater feio, ai jogamos ele no chão com tudo ai veio o outro e ficamos no chute. Porque se meu pai ficar sabendo que eu briguei e apanhei quando chego em casa eu apanho de novo, se brigo tem que bater (D1)”.

“Dá medo, medo de pensar que ela (violência) vai atingir você, porque acaba agredindo quem não tem nada a ver. Assim isso fica marcado pela vida inteira, porque você viu ali uma cena ruim, aí é melhor esquecer (D4)”.

“Eu senti medo, pensei que fosse morrer (D7)”.

“Dá medo. Minha mãe falou que e a gente tem que pedir a Deus pra nos proteger (D14)”.

O cotidiano violento revelado nas falas dos adolescentes aponta para compreensão das relações humanas sob a égide do medo que tem sua interface com a violência estrutural e que é transposto para os ambientes familiares e escolares.

No conteúdo das falas, destacam-se aspectos relacionados à vivência dos adolescentes em ambientes propícios a perpetuação da violência, às questões sociais presentes nas ações cotidianas, aos atos violentos presenciados ou cometidos e às características afetivas e de enfrentamento das situações violentas.

O medo também é entendido como forma de defesa que ocorre através da agressão física a terceiros, brigas, individuais e em grupo.

“Dá muito medo de sair de casa, a gente não sabe o que vai encontrar (D11)”.

“Ah eu às vezes me sinto melhor (tempo) porque é pra mim me defender né, me dá dó mais tarde, assim, você bate nele, tá com a maior raiva, aí depois dá dó (D16)”.

Um medo muito intenso, acima de um limiar suportável, pode predispor o indivíduo ao combate ou a fugir da situação. Segundo Roazzi, Federicci e Carvalho (2002), uma pessoa que tenha sofrido uma agressão é uma vítima e seu psiquismo fica alterado de uma maneira mais ou menos duradoura. O clima de insegurança gera ansiedade nessas situações e conseqüentemente o medo.

Ao verbalizar as situações violentas que presenciaram, os adolescentes enfatizam o medo decorrente de experiências ameaçadoras que muitas vezes convivem no dia-a-dia.

“Uma vez o filho do meu pai queria matar minha mãe ai eu cheguei assim, para ajudar minha mãe, porque eles não gostavam da minha mãe, ai eles queriam agredir ela. Dá um sentimento, um medo, assim, pessoa sofre, a pessoa carrega isso pela vida inteira. Dá muita tristeza, é muito triste a violência (D15)”.

Numa cidade violenta como São Paulo, onde o perigo circunda as ruas, o ambiente privado dos lares e institucionais como a escola, é circundado pelo medo desencadeado pelas situações violentas que muitas vezes atua como um sinal de alerta no cotidiano desse grupo social.

A convivência com atos agressivos, com a competitividade do cotidiano, com a rivalidade nos relacionamentos e com o individualismo, as sensações de abandono e rejeição vão sendo assimilados pelos adolescentes e se configurando na representação social da violência - doméstica ou não - como uma atitude de fuga e defesa conforme se constata.

5.4 Convivendo com a violência: discriminado no meio social, ferido em seus direitos

Compreender o cotidiano desses adolescentes é entender e apreender a linearidade constante marcada pela situação de pobreza de suas famílias, pela impotência diante das situações violentas, assim como o desgaste e o estresse.

A percepção da violência no cotidiano do adolescente tem a ver com a posição que esse ocupa na sociedade, além de outros aspectos como ser mulher e ser negro na atual conjuntura sociopolítica.

“Tem muita violência, a gente é pobre e o pessoal já acha que a gente vai roubar e fica se afastando isso é muito chato (D6)”.

A construção dessa categoria se deu diante da excessiva verbalização dos adolescentes em relação à violência de gênero e de etnia que se desvela para eles como uma face da violência que causa exposição e constrangimento de quem recebe.

Seguem as duas categorias para compreensão das formas de discriminações citadas pelos adolescentes.

5.4.1 Discriminação de gênero

Segundo dados da OPAS, em distintas partes do mundo, entre 16 e 52% das mulheres sofrem violência física de seus parceiros (Brasil, 1992) e apesar disso a violência de gênero é ainda marcada pela “invisibilidade social”. Esta violência diz respeito a “sofrimentos e agressões dirigidos especificamente às mulheres pelo fato de serem mulheres” (Schraiber, D’Oliveira, 1999).

Para a Organização Mundial da Saúde (ONU) violência de gênero é:

Qualquer ato de violência baseado na diferença de gênero, que resulte em sofrimentos e danos físicos, sexuais e psicológicos da mulher; inclusive ameaças de tais atos, coerção e privação da liberdade seja na vida pública seja na vida privada (Brasil, 1992).

Nesse trabalho, gênero é entendido como:

Resultante das relações que se estabelecem entre os sexos na sociedade, diferenciando o sexo biológico do sexo social, enquanto o primeiro refere-se às diferenças anatomo-fisiológicas, portanto biológicas existentes entre os homens e mulheres, o segundo diz respeito à importância que essas diferenças assumem nas diferentes sociedades, no transcorrer da história (Fonseca, 2007:41).

Dessa forma gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma de significar as relações de poder no cotidiano (Scott, 1995:11). Ele envolve a relação dos agentes sociais dentro da sociedade.

As diferenças pertencem ao reino da natureza, por mais transformada que esta tenha sido pelo ser humano, enquanto a igualdade nasceu do domínio do político, parece fora do horizonte de uma ideologia de gênero, que naturaliza atribuições sociais, baseando-se na diferenças sociais (Saffioti, 2004:77).

Como categoria neste estudo, a violência de gênero é vista na perspectiva da violência contra a mulher, uma vez que por gênero estão subentendidos os dois sexos, masculino e feminino. Na análise de conteúdo das entrevistas, a violência contra a mulher foi a mais citada pelos adolescentes.

“Meu padrasto fica nervoso com a minha mãe (...) ele fica xingando ela, ameaçando assim que vai bater, mas não bate não (D2)”.

“O homem não gostava que ela ficasse perto dos outros homens mais ela ficava aí ele saiu com a faca e bateu nela com o cabo aí todo mundo começou a gritar (D4)”.

A violência de gênero, quando ocorre na relação conjugal, atinge também os filhos, que se tornariam testemunhas freqüentes e impotentes ou, até mesmo, vítimas de maus tratos por tentarem defender a mãe. Apesar de todo sofrimento que passam, um expressivo percentual desses filhos repete, em sua vida adulta, o mesmo padrão de relacionamento, por haver interiorizado esse modelo de opressão, agressão e medo. Segundo Franzoi (2007), mulheres que apresentam histórico de violência intrafamiliar quando crianças ou que testemunharam agressões entre os pais, tendem a apresentar maior tolerância à violência de seus parceiros, por aceitarem como “normais” a resolução de conflitos através da violência.

Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (2006) mostrou que cerca de uma em cada cinco mulheres brasileiras (19%) declararam ter sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem, 16% relataram violência física, 2% violência psicológica e 1% assédio sexual. Entretanto, entendemos que as formas de violência acontecem sobrepostas umas às outras e assim violência física e psicológica estão intrinsecamente relacionadas devido à intimidação que ocorre muitas vezes antes das agressões.

Cabe mencionar que na perpetração da violência do homem contra a mulher na relação conjugal, os adolescentes mencionaram o álcool como o responsável pela violência que começa na rua e segue para dentro do lar.

“Na minha casa quando meu pai chegou bêbado, ele bebe bastante daí fica xingando todo mundo. Eu nunca tinha visto ele assim, aí minha mãe ficou nervosa e começou a chorar e ele caiu na cama e sujou a cama com sangue. Ele tava machucado. Minha mãe mandou a gente ficar na casa da vizinha. Eu fiquei com medo de nunca mais ver minha mãe (D2)”.

“Um homem pegou a faca e saiu correndo atrás da mulher dele para matar, aí o pessoal tirou a faca dele mais ele ficou batendo com uma barra de ferro na mulher, assim bastante e ninguém foi lá. Falaram que ele tava bêbado e que a mulher não prestava (D5)”.

Em relação ao alcoolismo, Saffioti (2005:5) afirma:

O álcool constitui mais um pretexto do que causa de espancamentos e assassinatos de mulheres e/ou crianças (...) o alcoolismo não responde pela violência, mesmo porque um número imenso de homens pratica a violência de gênero (contra a mulher) em condições de sobriedade.

Em relação à violência contra a mulher, as adolescentes (meninas) citaram ainda o assédio sexual que sofrem de colegas na escola e de desconhecidos na rua.

“Tem uns homens que ficam mexendo quando você passa na rua, aí é ruim (...) eu não gosto eu acho que isso também é violência (D12)”.

“Tem uns meninos que ficam passando a mão na gente quando a gente passa no portão. E não dá para contar porque ninguém faz nada, como se a gente tivesse provocando (D13)”.

A lei brasileira nº 10.224, de 15 de maio de 1991, artigo 216-A do Código Penal, define o assédio sexual como crime, coerção de caráter sexual envolvendo situações de poder. Por envolver uma situação de poder, a situação de assédio caracteriza-se no sentido de cercar, deixar sem saída. Nessas condições, a pessoa assediada teme reagir por medo de comprometer a sua sobrevivência (Brasil, 1991).

Resultados preliminares da Pesquisa Global de Saúde Baseada na Escola, realizada entre estudantes na faixa etária dos 13 aos 15 anos, revelam níveis bastante altos de violência física em relações de namoro. Por ser um momento em que a adolescente está entrando em contato com o íntimo de sua sexualidade e afeto, uma experiência desagradável de assédio pode acarretar sérias conseqüências, dentre as quais, pânico, medo, angústia, depressão, sentimento de inferioridade, insegurança e fragilização (Souza, 2006).

A análise das falas permitiu identificar que a condição social de ser adolescente e mulher foi um agravante em relação à violência, configurando-se também na área sexual e como um fenômeno ainda de maior gravidade do que quando atinge os homens adolescentes, não foi citada a violência sexual envolvendo os meninos.

Cabe ressaltar que de fato, o abuso sexual cometido contra meninos é menos relatado do que o cometido contra meninas. Os levantamentos gerais tendem a mostrar taxas menores de abuso sexual masculino do que os estudos clínicos, o que aponta para o fato de que o abuso sexual dos

meninos não está recebendo a mesma atenção pública, na mesma amplitude, que o abuso sexual das meninas.

Dados sobre a violência sexual masculina foram encontrados no site do Centro de Referência para Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria).

Segundo Finkelhor (1994), em seu estudo sobre abuso, sugere que a taxa de abuso sexual entre crianças e adolescentes masculinos menores de treze anos ou que ainda não atingiram a puberdade deva ser em torno de 3,5% e 5%, isto é, aproximadamente 46.000 á 92.000 vitimizações que poderiam ocorrer a cada ano.

Watkins e Bentovin (1992) concluem que para cada menino abusado haveria 2 a 4 meninas abusadas. Para eles, o menino abusado tem uma forte predisposição a um comportamento abusivo e em se tornar um abusador, passando da condição de vítima para de agressor.

Finkelhor (1994) acrescenta que os rapazes crescem com o valor masculino de autoconfiança e que os mesmos receiam mais do que as meninas a perda de liberdade e independência caso o abuso se torne público. Preocupações homofóbicas aparecem com frequência nas falas dos adolescentes que sofreram abuso sexual mesmo quando explicitam o desejo de se envolver com mulheres. Os adolescentes sexualmente abusados afastam-se e dissociam sua imagem da de pessoa que ele perceba como estranho ou com inclinações homossexuais. Um dos mais evidentes indicadores familiares do menino haver sofrido abuso sexual está no fato de outras crianças da casa terem sido também violadas. Os meninos não deveriam ser excluídos das investigações de abuso sexual, seja por serem considerados como alvo secundário de abusos sexuais ou porque a investigação inicial não acusa que os meninos sofreram abuso (Kinkelhor, 1994).

Outro risco, segundo Blair e Justice (1982), é a prostituição masculina como um possível indicador de abuso sexual. Kristensen (1996) também observa a conexão existente entre prostituição masculina e abuso sexual precoce.

E as razões para a subnotificação dos casos de abuso contra os meninos estão ligadas à vergonha e ao estigma social associados à homossexualidade, incesto e abuso da criança. Gonsiorek, Bera e LeTourneau (1994) afirmam a influência do contexto social quanto à homofobia e aos papéis sexuais estereotipados na sociedade capitalista.

5.4.2 Discriminação étnica

A diversidade de culturas, com suas diferentes visões de mundo e modos de viver o cotidiano é um riquíssimo patrimônio da cultura brasileira já reconhecida em todo o mundo, onde o Brasil figura com uma riquíssima diversidade étnico-racial e lingüística.

Neste estudo a ênfase à situação do negro no Brasil enquanto discriminação de etnia é resultante do fato dos adolescentes terem referido este grupo como vulnerável às situações constrangedoras da violência no dia-a-dia.

No contexto da mestiçagem, ser negro possui vários significados, em razão da identidade racial que tem a ancestralidade africana como origem (afro-descendente). Ou seja, ser negro vai além da cor da pele, é, essencialmente, um posicionamento político, onde se assume a identidade racial negra (Heringer, 2002).

Identidade racial ou étnica é o sentimento de pertencimento a um grupo racial ou étnico, decorrente de construção social, cultural e política. Ou seja, tem a ver com a história de vida, da socialização, da educação e da consciência adquirida diante das normas sociais, raciais ou étnicas, racistas ou não, de uma dada cultura. A identidade étnico-cultural, portanto, é a responsável por estabelecer as bases de como a pessoa interage com o mundo, com a natureza e com a sociedade. Esses são alicerces para toda a vida e que começam a ser construídos já nos primeiros anos da criança a partir do convívio com familiares, com os mais velhos, nas escolas e nas comunidades (Heringer, 2002).

De acordo com Oliveira (2003), assumir a identidade racial negra em um país como o Brasil é um processo extremamente difícil e doloroso, considerando-se que os modelos “bons”, “positivos” e de “sucesso” de identidades negras são pouco divulgados e o respeito à diferença em meio à diversidade de identidades raciais/ étnicas inexistente.

A fala a seguir confirma o dito:

“Olha tem muito xingamento, provocação, discriminação de ser preto. Fala assim: - Seu preto que não presta! Dá raiva. Todo mundo fica olhando pensando que você vai roubar (D16)”.

A magnitude da discriminação pode ser visualizada quando dados numéricos relativos a essa população são revelados. De acordo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2006), o total de crianças e adolescentes negros e indígenas soma 51% das crianças no Brasil, ou seja, cerca de 31 milhões de brasileiros com menos de 18 anos. Eles são a maioria da população brasileira com menos de 18 anos e são também a parcela da população mais vulnerável (Vieira, 2008).

Para se ter uma idéia, 50% das crianças e dos adolescentes no Brasil são pobres, no entanto, quando se analisa esse dado por raça ou cor, meninas e meninos pertencentes aos grupos indígenas e negros são os mais pobres entre os pobres sendo 63% e 62%, respectivamente (Heringer, 2002).

Os adolescentes retratam, dentre as formas de discriminação, o preconceito referente à etnia, nesse caso a cor, muitas vezes, através de situações constrangedoras:

“Tem muita violência, a gente é pobre e de cor, assim, e o pessoal já acha que a gente vai roubar e fica se afastando isso é muito chato! (D13)”.

Na história das relações raciais no Brasil, segundo Baud et al (1996), durante o Brasil Colônia foram tomadas medidas que visavam à formalização de um sistema de castas em bases raciais, favorecendo a mestiçagem do branco com o índio e renegando a mestiçagem do branco com o negro.

Na trajetória histórica das relações sociais construídas no Brasil, o Estado tem sido bastante presente, em termos de leis e de discursos, tanto na elaboração de políticas discriminatórias como antidiscriminatórias. Porém, o poder público parece ter atingido pouco as práticas cotidianas devido à defasagem existente entre a teoria do discurso racial por parte do Estado e a realidade das situações raciais. Esta defasagem pode ser constatada em diferentes épocas da história (Skidmore, 1974, Seyferth, 1996).

Nas décadas de 1920 e 1930 e no fim da ditadura nos anos 80, houve um forte discurso pelo Estado para a criação da democracia racial. A implementação de tal discurso previa a promoção de alguns símbolos da cultura negra a emblemas nacionais e a atribuição de um lugar importante, tanto quanto simbólico, aos negros na constituição tanto da "raça brasileira" como da "personalidade brasileira" (Sansone, 1996).

No ano de 1980, houve a primeira formulação do então deputado federal Abdias Nascimento, em seu projeto de Lei n. 1.332, de 1983, que propunha uma "ação compensatória", que estabeleceria mecanismos de compensação para os afro-brasileiros após séculos de discriminação. Entre as ações figuravam: reserva de 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção de candidatos ao serviço público; bolsas de estudos; incentivos às empresas do setor privado para a eliminação da prática da discriminação racial; incorporação da imagem positiva da família afro-brasileira ao sistema de ensino e à literatura didática. Porém, o projeto não foi aprovado pelo Congresso Nacional e as reivindicações continuam até hoje.

Este é o caso da população negra brasileira, que tem sido vitimada historicamente pela pobreza e pela discriminação racial, inerentes ao círculo

vicioso do racismo institucional marcada ao longo da história (Seyferth, 1996).

Ainda,

(Uma) forma de ligar o passado escravista ao presente consiste em interpretar as relações sociais contemporâneas como área residual de fenômenos sociais resultantes da sobrevivência de padrões "arcaicos" ou "tradicionais" de relações intergrupais. (...) foi sugerido que: (a) a discriminação e o preconceito raciais não são mantidos intactos após a abolição, mas, pelo contrário, adquirem novos significados e funções dentro das novas estruturas e (b) as práticas racistas do grupo dominante branco que perpetuam a subordinação dos negros não são meros arcaísmos do passado, mas estão funcionalmente relacionadas aos benefícios materiais e simbólicos que o grupo branco obtém da desqualificação competitiva dos não brancos. (Hasenbalg, 1979: 19-20).

Na citação anterior, o autor caracteriza o racismo presente após a abolição, não como "resíduo" da situação histórica do negro e considera que os preconceitos raciais se caracterizam ao longo da história através da atribuição de "novos significados".

Segundo Gilberto Freyre, o negro, enquanto sujeito ímpar no processo de construção da sociedade brasileira inseriu hábitos e costumes que foram decisivos para a "desafinação" sociocultural com a qual nós, brasileiros, afirmamos e forjamos nossa personalidade nacional. Havia se arregimentado, historicamente, em função da miscigenação composta por ibéricos, negros e índios, uma forma bem acabada de democracia racial, cuja seqüela corporificar-se-ia – e a crítica reside aí – na escamoteação das contradições sociais inerentes em uma sociedade patriarcal e estruturalmente verticalizada (Freyre, 1973).

Valorizar a identidade e a cultura negra tem se apresentado como caminho para assegurar às novas gerações a noção de pertencimento local ou regional, o aumento da auto-estima, a valorização da tradição e a resistência para manter viva a identidade, a preservação e o desenvolvimento da identidade étnica, e a superação da marginalidade à qual este grupo pertence atualmente.

5.4.3 A influência da mídia e o uso de drogas

Atualmente, os meios de comunicação tornaram-se um fenômeno de massa, responsáveis pela difusão de visões de mundo, valores e imagens em escala global, com tecnologias cada vez mais avançadas. Os aspectos socioculturais, originados das diferentes visões de mundo de uma dada sociedade são determinantes no modo de produção, circulação e consumo dos produtos midiáticos. Assim, esta categoria de análise surgiu da percepção que os adolescentes têm da presença da violência nas diversas mídias de que fazem uso.

Pesquisa recente do Unicef, que ouviu 5.280 adolescentes em todo o Brasil, revela que 52% desse grupo etário têm na televisão a maior fonte de lazer (Unicef, 2002).

Segundo Witter (1991), o tempo dispendido em frente à TV contabilizou uma média de três horas diárias, sendo que os adolescentes “de estratos econômicos mais baixos despendem mais tempo nessa forma de lazer”. Apesar disso, os entrevistados declararam que a televisão influencia muito pouco o seu comportamento.

No entanto, estudos na área da saúde ressaltam uma preocupação com a influência do ambiente multimídia sobre crianças e adolescentes no que se refere: ao papel que as cenas eróticas exerce sobre a sexualidade (Pinto, 1995); aos discursos da dieta refletida na imagem corporal (Serra, 2001); e aos conteúdos agressivos no comportamento de risco para a violência (Feijó e Oliveira, 2001).

Estes autores apresentam a necessidade de desenvolvimento de estudos que abordem essa temática, devido à preocupação dos profissionais de saúde diante da crescente exibição de cenas violentas nos programas de televisão e pela constatação de um aumento expressivo do comportamento agressivo em crianças e adolescentes expostos a este tipo de programação.

No presente estudo, quando questionados sobre as repercussões da violência no cotidiano, os adolescentes citaram a influência da mídia como evento social que mais explorava o tema da violência, como se observa nas falas abaixo:

“Na televisão aparece bastante violência, no jornal tem assaltos, guerras. Dá um terror só de ouvi (D7)”!

“Na televisão tem muito assassinato, seqüestro, seqüestro relâmpago, morte, dá muito medo de sair de casa, a gente não sabe o que vai encontrar (D11)”.

“E um dia eu vi na televisão, um cara pegar o outro e jogar para fora, foi muito legal, uma coisa que eu também gosto muito de assistir é filme do Jack Chan, ele dá muita porrada (D13)”.

De acordo com Njaine e Minayo (2004), a exposição excessiva à violência na televisão pode contribuir com atitudes violentas contra mulheres (quando as representam em papéis de vítima), contra minorias étnicas (quando as representam como grupos agressivos) e impulsionar os jovens para atitudes consumistas, fazendo uso da violência para obter produtos que a propaganda apresenta.

Cabe salientar que, além da televisão, há a Internet e outros espaços tecnológicos de comunicações que também aparecem relacionados à violência como, por exemplo, a divulgação da exploração sexual de crianças. Pesquisas realizadas em escolas do Canadá e do Reino Unido sugerem que grande número de alunos foram molestados, intimidados ou vitimizados por e-mails ou celulares ou tiveram informações enganosas postadas sobre eles on-line por alguma outra pessoa (Groebel, 1999).

Em relação às drogas, a mídia também se faz presente, quando vincula de forma rotineira o uso dessas substâncias com o caminho do crime. Há um reconhecimento generalizado e várias são as menções

efetuadas sobre esse enfoque relacional de que a droga induz jovens à delinqüência.

De acordo com Lepre (2005), a mídia também é um bom exemplo de pressão externa no que se refere à manipulação da opinião dos adolescentes. Fica claro que a veiculação atual das empresas de bebidas alcoólicas, sobretudo as cervejarias, tem como foco principal o público adolescente. A estratégia tem sido a de promover eventos culturais, esportivos e musicais a fim de difundir o risco da bebida alcoólica entre os jovens.

Também se faz presente nas falas dos adolescentes a relação entre o uso de drogas, licita ou ilícita, com a criminalidade exacerbada conforme as falas abaixo:

“Tem aqueles mendigos lá que fuma droga e ficam violentos, eles brigam, fica bem louco, a gente passa longe deles, senão sobra pra nós, eles empurram a gente, rouba também. A gente sofre de medo dessa violência (D3)”.

“Eles também usam muita droga (...) dentro da escola, e daí ficam roubando também (D7)”.

Se, por um lado, o consumo de drogas tem se associado a um conjunto de conseqüências sociais e econômicas de grave impacto, por outro, o tráfico de drogas junto às escolas conduz a sérios problemas de violência escolar e à criminalidade.

Levantamento realizado pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD) demonstrou que é expressiva a quantidade de usuários de drogas entre os adolescentes privados de liberdade no Brasil: em 2002, 85,6% faziam uso antes da apreensão, especialmente de maconha (67,1%), álcool (32,4%), cocaína/crack (31,3%) e inalantes (22,6%). Adolescentes infratores tendem a procurar amigos no próprio meio de infração, buscando estímulo e apoio

em suas ações ilegais como roubos, tráfico ou uso de drogas (Martins e Pillon, 2008)

Nesse estudo, os delitos que os adolescentes citaram como os mais praticados foram o roubo (82%), o porte de arma (80,7%), o tráfico de drogas (74%) e o furto (59,3%). No que toca ao roubo, verificou-se a tendência estatística dos adolescentes com baixo nível de escolaridade terem maior probabilidade de participação em roubos em idade precoce. (Martins e Pillon, 2008)

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que do total da população brasileira, o percentual de adolescentes em conflitos com a lei, entre 12 e 18 anos, representa 15%, ou seja, 0,2% de toda a população do país responsável pela prática dos atos infracionais. A Região Sudeste concentra a maior parte em termos proporcionais, da ordem de 40% (Martins e Pillon, 2008).

Na fala a seguir, fica clara a relação entre o uso de drogas e o roubo:

“Assim, para roubar eles fumam droga porque dá coragem né! Ai eles compram tênis, roupa, blusão, assim, mas eu não vou roubar não (D1)!”.

Nos bairros cuja população vive em situação de enorme precariedade e com uma pequena integração na comunidade, muitos jovens vêm no tráfico de droga a única forma de sobrevivência numa sociedade que não promove a igualdade de oportunidades.

De acordo com Minayo e Deslandes (1998), a violência social se enquadra na categoria de Causas Externas no sistema de Classificação Internacional das Doenças (CID) e essa categoria abrange uma longa lista de eventos que podem ser resumidos em homicídios, suicídios e acidentes em geral. No entanto, segundo as autoras, esta classificação:

Nem de longe consegue dar conta da dimensão e complexidade da violência, um fenômeno polissêmico, de explicação contraditória, mas permite trabalhar com indicadores capazes de informar e subsidiar ações políticas e sociais (Minayo e Deslandes, 1998).

O vínculo entre violência e drogas, segundo Minayo e Deslandes (1998), encontra-se no fenômeno do tráfico das drogas ilegais. Este tipo de mercado gera ações violentas entre vendedores e compradores sob uma quantidade enorme de pretextos e circunstâncias: roubo do dinheiro ou da própria droga, disputas em relação à qualidade ou quantidade, desacordo de preço, disputa de território, de tal forma que a violência se torna uma estratégia para disciplinar o mercado e os subordinados.

O narcotráfico potencializa e torna mais complexo o repertório das ações violentas: a delinqüência organizada; aquela agenciada pela polícia e pelas instituições de segurança do estado; a violência social dispersa; a promovida por grupos de extermínio e também a das gangs juvenis (Reis, Porto, 2008).

Por outro lado, Reis e Porto (2008) afirmam que o adolescente se vale do fenômeno da criminalidade promovida pela situação de exclusão social, oriundo da desigualdade de oportunidades, para ser incluído na comunidade.

Conforme afirmam Belfiore, Bógus, Yazbek, Castel (2004)

A exclusão social é o extremo do processo de “marginalização” do sujeito, quando da ruptura com o mercado de trabalho. Por conseguinte, se reconhece que a pobreza é um fenômeno que gera exclusão social e influencia no processo de marginalização e conseqüentemente denegação da cidadania do indivíduo.

O autor compreende a pobreza como uma etiqueta para identificar os prováveis rejeitados e excluídos pelo sistema capitalista. Assim, o adolescente, através da reprodução cultural, tem suas perspectivas de ruptura de um ciclo negativo praticamente inviabilizadas, valendo-se da drogadição para a sua inclusão social (Porto, Reis 2008).

Segundo Papalia e Olds (2000), devido aos conflitos oriundos dessa fase, o uso de drogas é visto como uma forma de se rebelar contra a autoridade representada pela família, pelas leis e pela sociedade, sendo encarada, pelo adolescente, como uma forma de socialização, que lhe permite integrar-se a um grupo.

A fala a seguir, confirma isto:

“Quando eu estou com os caras, é como um grupo de verdade, a gente brinca um com o outro, fica zoando, é engraçado. Eu tô com eles (D14)”.

Papalia e Olds (2000) mencionam o antagonismo com o qual se depara o adolescente na busca de ser diferente dos outros. Ora quer ser visto como um ser único no mundo e ora deseja ser como seus colegas, com o intuito de não se sentir excluído de seu grupo.

Vários autores evidenciaram que as primeiras experiências com drogas ocorrem, freqüentemente, na adolescência entre 10 e 19 anos (Baus, Kupek e Pires, 2002, Carlini Chaturvedi, Phukan e Mahanta, 2003, De Micheli e Formigoni, 2001).

Wagner, Carpenedo, Melo e Silveira (2005) afirmam que é na adolescência que as regras costumam ser questionadas e contestadas, o que é necessário para o desenvolvimento da identidade dos jovens. As influências do contexto social, somadas ao fato da adolescência ser uma época de experimentações, levam ao aparecimento de comportamentos de risco e entre eles, o uso de drogas lícitas e ilícitas (Soldera, Dalgalarrodo, Filho e Silva, 2004).

Conseqüentemente, o uso de drogas, durante a adolescência pode ser uma maneira de expressar, o mal-estar de numerosos adolescentes diante da crise de nossa sociedade. Em decorrência disso, às família, a escola, as instituições sociais têm tido, com o adolescente um relacionamento impregnado de violências (Levinsky, 1998).

No que compete à atuação familiar, Pechansky, Szobot e Scivoletto (2004), identificaram a influência da família com o uso de drogas pelos adolescentes, constatando que a ausência do pai estava associada a um aumento de 22 vezes na chance do adolescente ser dependente de drogas, quando comparado com adolescentes que viviam com ambos os pais. Corroborando estes achados, todos os tipos de traumas familiares, separação, brigas e agressões estavam francamente associados ao grupo

de adolescentes com maior grau de dependência. Os mesmos autores acreditam, ainda, que o papel dos pais e do ambiente familiar é marcante no desenvolvimento do adolescente. Falta de suporte parental, uso de drogas pelos próprios pais, atitudes permissivas dos pais perante o uso de drogas, incapacidade de controle dos filhos pelos pais, indisciplina e uso de drogas pelos irmãos podem predispor à iniciação ou ao uso continuado de drogas por parte dos adolescentes.

Conforme assinalam Gomes e Resende (2004), se antes a estrutura familiar era organizada com base na hierarquia, regido pela severidade de punição, ela foi substituída por formas diferenciadas de organização, ou seja, os fenômenos e os movimentos sociais nas últimas décadas, como a entrada das mulheres para o mercado de trabalho e sua maior participação no sistema financeiro familiar definiram um novo perfil de família.

Wagner, Predebon, Mossmann e Verza (2005) acreditam que atualmente vem ocorrendo na maioria das famílias brasileiras, de nível socioeconômico médio, um processo de transição, contraponto à estrutura familiar tradicional.

Dessa forma, as modificações sociais e a repercussão disto na organização familiar tornaram a criação e a educação dos filhos um grande e assustador desafio. Os modelos educativos que funcionaram para as gerações passadas já não podem ser aplicados atualmente, o que tem deixado os pais bastante confusos a respeito do que funciona ou não como técnica educativa. O que se percebe, portanto, são pais apreensivos e inseguros que se baseiam em tentativas e erros visando oferecer uma educação adequada para seus filhos (Predebon, Mossmann e Verza, 2005).

Além disso, a facilidade no acesso às drogas em ambiente escolar é preocupante. A escola deixou de ser um local seguro para se tornar num centro de criminalidade. Este sentimento de insegurança é reforçado quando essas escolas estão localizadas em bairros desfavorecidos. A fala a seguir o confirma:

“Lá (escola) sempre tem policia e, como tem ponto de droga, a gente tem medo de tiroteio na hora da saída. Até a diretora já foi avisada que não é para ter policial lá fora (D10)”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo inscreve-se na perspectiva da percepção da violência no cotidiano do adolescente em situação de exclusão social. Verificou-se que as percepções dos adolescentes entrevistados, diante da violência no dia-a-dia, orientam sua conduta e sua comunicação social estabelecendo uma realidade sócio-cultural comum a este grupo que contém características psicossociais específicas.

Dessa forma, as percepções denunciam a desestruturação no exercício da autoridade parental, o uso abusivo do poder entre os pares, a discriminação nos ambientes sociais e a violação aos direitos da Criança e do Adolescente, como elementos a serem superados no cotidiano.

A violência doméstica surge como fenômeno freqüente e segundo os adolescentes consiste em agressões físicas e psicológicas, perpetradas pelos pais como medidas disciplinares. Os próprios adolescentes justificam essas agressões devido ao estresse que os pais têm no cotidiano e acabam descarregando no lar.

Embora justificadas, as situações de violência muitas vezes são permeadas por medo, revolta, insegurança e possuem um efeito mais intenso quando o olhar é dirigido à sociedade e revela as relações adversas que se estabelecem entre os adolescentes em outros ambientes sociais como a escola e a rua.

A violência presenciada na rua e na escola são formas de violência na comunidade que a Organização Mundial da Saúde (Brasil, 2002) denomina de violência coletiva. Ambas se referem à construção dos valores numa sociedade capitalista onde a desigualdade de classes é a responsável pela marginalização de grande parte da população que sobrevive em condições precárias de moradia, de acesso aos bens comuns tendo seus direitos e deveres violados.

A diferença significativa que os adolescentes têm da violência no lar deve-se à naturalização da mesma. Quando ocorrem na rua e na escola os

atos violentos adquirem maior gravidade, sendo explícitos por meio de brigas entre gangues e agressões entre os colegas da escola.

Assim, enquanto agência que deve garantir os direitos humanos que re-energizem a existência do homem, o Estado deve garantir garantias de sobrevivência e acesso àquilo que de mais evoluído a nossa sociedade desenvolveu, em seus variados setores.

A contribuição efetiva no desenvolvimento integral das gerações em formação necessita da viabilidade do trabalho integrado com outros setores sociais e da área da saúde, em processos sistemáticos e permanentes de educação, no respeito aos Direitos da Criança e do Adolescente, à diversidade de etnia e ao reconhecimento da adolescente mulher e do adolescente homem perante a igualdade de gênero.

A adolescência, etapa crucial na formação da identidade, precisa ser respeitada para que sejam ensinadas a resolução pacífica de conflitos e a inseparabilidade entre direitos e deveres na vida em sociedade.

Os resultados mostram que influenciam a concepção de violência não só as situações vivenciadas pelos adolescentes no seu cotidiano, mas também imagens advindas das diferentes mídias.

Na busca de possíveis entendimentos das significações sobre a violência, o adolescente tem que ser reconhecido como protagonista de sua história. “Enquanto ele for enxergado apenas como um problema ou o problema, será excluído da possibilidade de canalizar construtivamente suas energias como agente de transformação social” (Minayo, 1994a).

Acreditamos que a superação dessa condição social se dará na medida em que a organização da assistência à saúde desse grupo possa se efetivar a partir das suas percepções e vivências. Tais vivências permitem interpretar as relações entre as pessoas ou com o ambiente social, orientando e organizando os comportamentos.

Reconhecendo que o objetivo maior do conhecimento científico é a fundamentação para a orientação de ações humanas transformadoras do cotidiano, espera-se que este estudo possa ter contribuído para ampliar fundamentar a intervenção de enfermagem conseqüente e transformadora.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abramovay M. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. Brasília: Unesco; 2000.

Andery MA et al. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; 1988.

Ariès P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC; 1981.

Agência efe. Lei torna ilegal surrar os filhos, mas autoriza palmadas. Arquivos Folha São Paulo. 2004 nov. 02. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2004/11/02/ult1808u26272.jhtm>. Acesso em: 20 nov. 2006.

Assis SG, Avanci JQ, Santos NC, Malaquias JV, Oliveira RVC. Violência e representação social na adolescência no Brasil. Rev. Panam. salud pública. 2004; 16:(1).

Azevedo MA, Guerra VNA. Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. 2ª ed. São Paulo: Cortez; 1997.

Bardin L. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1979.

Bastos ACS. Modos de partilhar a inserção da criança na vida cotidiana da família: um estudo comparativo de casos [tese]. Brasília: Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília. 1994.

Batista A, El Moor P. Violência e agressão. In: Codo, W, coordenador. Educação: carinho e trabalho. Rio de Janeiro: Vozes; 1999. p. 139-160.

Baud M, et al. Etnicidad como Estrategia en América Latina y Caribe. Quito:Abya-Yala, 1996.

Bauer MW. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: Bauer MW, Gaskell G, organizadores. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes; 2002. p.189-2173.

Baus J, Kupek E, Pires M. Prevalência e fatores de risco relacionados ao uso de drogas entre adolescentes. Rev. saúde pública. 2002;36(1):40-46.

Beiser M, Hou F, Hyman I, Tousignant M. Poverty, family process, and the mental health of immigrant children in Canada. American Journal of Public Health. 2002;92(2):220-7.

Belfiore M, Bógus L, Yazbek MC, Castel R. Desigualdade e a Questão Social. São Paulo: EDUC, 2004. p.42.

Berger PL, Lckmann T. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1983.

Bíblia Sagrada. Vulgata. Trad. De Matos Soares. São Paulo: Paulinas; 1980. Deuterônimo 21: 18-21.

Bilyk BF, Andrade ER, Scivoletto S, Pinzon VD. A saúde do jovem brasileiro. São Paulo: Edições Inteligentes, 2004.

Braghini L. Cenas repetitivas de violência doméstica. São Paulo: Unicamp, 2000.

Brasil. Centro de referencia - estudos e ações sobre crianças e adolescentes (CECRIA). Disponível em: <<http://www.cecria.org.br/banco/violencia.htm>> Acesso em 01 mar. 2009.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes: norma técnica. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <http://www.ipas.org.br/arquivos/NT_prevencao_violencia.pdf>. Acesso em 17 dez. 2008.

Brasil. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescentes (Conanda). Encontros de articulação do Conanda com os Conselhos Tutelares, Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.oab.org.br/comissoes/cndh/res75.pdf>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Construindo uma linguagem comum. Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço. Brasília; 2001. p.13-22.

Brasil. Resolução n. 75 de 22 de outubro de 2001. Dispõe sobre os parâmetros para a criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares. Brasil.

Brasil. Ministério da Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço. Brasília: Ministério da Saúde; 2002.

Brasil. Ministério da Saúde. Resolução n. 196 de 10 de Outubro de 1996. institui diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas em seres humanos. In: Mundo Saúde. Brasília; 1996. p. 52-61.

Brasil. Lei Federal n. 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Estatuto da Criança e do Adolescente. Ministério da Justiça. Brasília; 1995 [citado 2008 dez. 22]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>.

Camacho LMY. As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes. Educ Pesq. 2001;27(1):123-140.

Cardia N. A violência urbana e a escola. Contemporaneidade e educação. Rio de Janeiro. Instit. estudos cultura e educação continuada. 1997;(2).p. 26-69.

Castel R. Lês Métamorphoses de la Question Sociale em Europe. Unichonique du salariat. Paris: Fayard, 1995.

Chaturvedi HK, Phukan RK, Mahanta J. The association of selected sociodemographic factors and differences in patterns of substance use: A pilot study in selected areas of Northeast India. Subst. use misuse. 2003;38(9):1305-1322.

Costa ACG. De menor a cidadão: Notas para uma história do novo direito da infância e juventude no Brasil. Editora do Senado, 1993b.

Costa ACG. É possível mudar: a criança, o adolescente e a família na política social do município. Editora: Malheiros, 2002.

De Micheli D, Formigoni ML. As razões para o primeiro uso de drogas e as circunstâncias familiares prevêm os padrões de uso futuro? J. bras. depend. química. 2001; 2(1): 20-30.

Del Priore M. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.

Denisov, V. Violência social: ideologia y política. Moscú: Editorial Progreso, 1986.

Dimenstein G. A Guerra dos Meninos. Editora: Brasiliense, 1990.

Domenach, JM. La violencia. In: Joxe A, organizador. La violencia y sus causas. Paris: Unesco, 1981. p. 33-46.

Dubet F. Les figures de la violence à l'école. Revue française de pédagogie, 1998;(123): 35 - 45.

Erikson EH. Identidade, juventude e crise. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Erikson EH. Infância e Sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

Feijó RB, Oliveira EA. Comportamento de risco na adolescência. J. pediatr. (Rio J.). 2001;77(2):125-134. 2001

Finkelhor D. The international epidemiology of child sexual abuse. Child abuse neglig. 1994;18:409-417.

Fonseca RMGS. Gênero e saúde da mulher: uma releitura do processo saúde doença das mulheres. In: Rosa Áurea Quintella Fernandes; Nádia Zanon Narchi, Organizadoras. Enfermagem e saúde da mulher. 2007.p. 30-61.

Fonseca RMGS, Egry EY, Bertolozzi MR. O Materialismo Histórico e Dialético como Teoria da Cognição e Método para a Compreensão do Processo Saúde Doença. In: Emiko Yoshikawa Egry; Marcia Regina Cubas. (organizadoras). O Trabalho da Enfermagem em Saúde Coletiva no Cenário CIPESC. Curitiba: Associação Brasileira de Enfermagem - Seção Paraná, 2006, p.19-61

Foucault M. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

Foucault M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

Franzoi NM. Concepções de profissionais de equipes de saúde da família sobre violência de gênero. [dissertação]. São Paulo, Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, 2007.

Freyre G. Gilberto Freyre e a nova história. Tempo Social. 1997;9(2):1-12.

Freyre G. Casa-grande & senzala. 16ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

Fundação Perseu Abramo. A mulher brasileira nos espaços público e privado. São Paulo [atualizado em 2006 abr. 05; citado 2008]. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/wfdownloads/viewcat.php?cid=17>

Fundo das nações unidas para a infância (UNICEF). Programa cidadania dos adolescentes. A voz dos adolescentes. Brasil; 2002. [citado em 2009 jan. 22]. Disponível em: <http://www.unicef.org.br/>

Gomes A, Resende V. O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. Psicol. teor. pesquisa. 2004;20(2):119-125.

Gonsiorek JC, Bera WH, LeTourneau D. Male sexual abuse: A trilogy of intervention strategies. Thousand Oaks: Sage, 1994.

Groebel J. O estudo global da Unesco sobre violência na mídia. In: Carlson U, VonFeilitzen C, organizadores. A criança e a violência na mídia. São Paulo-Brasília: Cortez-Unesco, 1999. p. 217-239.

Guerra VNA. Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada. São Paulo: Cortez, 1998.

Hampshire SS. Madrid: Alianza Editorial, 1982. p.102-103.

Hasenbalg CA. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 19-20.

Heringer R. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. Cad. saúde pública. 2002;18(1).

Kristensen CH. Abuso sexual em meninos [dissertação]. Rio Grande do Sul: Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

Krug EG, Daheberg LL, James AM, Zwi AB, Lozano R. Relatório Mundial sobre a violência e saúde. In: Violência - Um problema Mundial de Saúde Pública. Tipologia da violência. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002:7.

Krynski S et al. A criança maltratada. São Paulo: Almed, 1985.

Laurell AC. La salud enfermedad como proceso social. Cuad. Méd. soc. 1982;(19):7-20

Lavinas Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. Econômica. 2002;4(1):25-59.

Lepre RM. Adolescência e construção da identidade. Acesso 22 mar. 2005. Disponível em: <http://www.sociologia.org.br>.

Levinsky DL. Adolescência pelos caminhos da violência: A psicanálise na prática social. São Paulo: Casa do psicólogo, 1998.

Marcílio ML. A lenta construção dos direitos da criança brasileira. Século XX- Tese Instrumentos Internacionais e Nacionais de Defesa e Proteção dos Direitos da Criança. Rev USP. 1998;37(46/57):48.

Marino JM. Ciclos históricos da violência na América Latina. São Paulo Perspec.. 2004; 18(1):31-38.

Martins MC, Pillon SC. A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei. Cad Saúde Pública. 2008;24(5).

Marx K, Engels F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 11.

Marx K. Writings of the young Marx on philosophy and society. Nova York: Dobleday and Company, 1967.

Mcalister A. Juvenile violence in the Americas: Innovative studies in research, diagnosis and prevention. Pan American Health Organization, 1998.

Michaud Y. A Violência. São Paulo: Ática, 1989. p 11.

Minayo MCS. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

Minayo MCS. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. Cad Saúde Pública. 1999a;10(1):7-18.

Minayo et al. Fala galera: juventude, violência e cidadania no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 1999b.

Minayo MCS, Deslandes SF. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. Cad. saúde pública. 1998a;14(1):35-42.

Minayo MCS, Souza ER. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. História,Ciências, Saúde. 1998b;(3):513-531.

Minayo MCS. A violência na adolescência: um problema de saúde publica. Cad Saúde Publica. 1994a;6(3):278-292.

Minayo MC. Pesquisa social. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1994b.

Minayo MCS. Análise da produção intelectual brasileira sobre violência e saúde. Panorama Ensp: Rio de Janeiro, 1990a.

Minayo MCS. A violência na adolescência: um problema de saúde pública. Cad. saúde pública. 1990b;(1):278-291.

Mirabal B. El manejo interdisciplinario del maltrato de menores ante la ley y el tratamiento actual. Bol. Asoc Méd PR..1988;80(7):251-252.

Morris RJ, Kratochwill TR . Treating children's fears and phobias. New York: Pergamon Press, 1983.

Nejaine K, Minayo MCS. A violência na mídia como tema da área da saúde pública: revisão da literatura. Ciênc. saúde coletiva. 2004;9:201-211.

Oliveira MCS. Lembranças de infância: que história é esta? [dissertação]. Piracicaba: Escola de Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, 1999.

Organização Mundial da Saúde (OMS). Organização Panamericana de Saúde (OPS). Violência contra la mujer: un tema de salud prioritario. Washington;1998.

Osório LC. Adolescente hoje. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. p.103.

Papalia DE, Olds SW. Desenvolvimento humano. 7ª ed. Porto Alegre : Artes Médicas, 2000.

Paugan. La Disqualification Sociale. Essai sur la Nouvelle Pauvreté. Paris: PUF, 1991.

Pechansky F, Szobot C, Scivoletto S. Uso de álcool entre adolescentes: conceitos, características epidemiológicas e fatores etiopatogênicos. Rev. bras. psiquiatr. 2004;26(1):14-17.

Pereira SM, Santana JSS, Ferriani MGC. Violência rima com adolescência? Algumas reflexões para a Enfermagem Brasileira subsidiar sua ação junto os adolescentes. Rev. Adolescer. 2001;4: 95-103.

Perozim L. A vara e a lei. Projeto da Palmada, encaminhado ao Congresso, ajuda a questionar o hábito secular de educar por meio de castigo físico.

Revista educação, São Paulo, 20 jul. 2006. Disponível em :
<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos.asp?codigo=11869>. Acesso em: 20
nov. 2007.

Pinheiro OS, Adorno S. Violência contra crianças e adolescentes, violência
social e Estado de Direito. São Paulo Perspect. 1993;7(1):106-117.

Pinto LFM. Televisão e educação sexual. J. pediatri. (Rio J). 1995;71(5):248-
254.

Porto RTC, Reis SS. Crianças e adolescentes vítimas do tráfico de drogas:
onde fica a cidadania?. Fazendo Gênero –corpo, violência e poder. 2008;8.

Roazzi FC, Federicci BA, Carvalho MR. A representação social do medo
entre adultos. Psic Teor e Pesq, 2002;18(2):179-192

Rocha CRM, Tassiano CMLM, Santana JSS. Acompanhamento dos
adolescentes na família. Rev. Adolesc. 2001;2:38–44.

Roque EMST, Ferriani MGC. Desvendando a violência doméstica contra
crianças e adolescentes sob a ótica dos operadores do direito na comarca
de Jardinópolis-SP. Rev Latino-Am. Enfermagem. 2002;10(3):334-344.

Rosenberg M. Society and the adolescent self-image. Princeton: Princeton
University Press, 1989.

Saffioti HIB. A síndrome do pequeno poder. In: Azevedo M, Guerra VNA.
Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989.
p13-21.

Saffioti, H. Gênero e patriarcado: A necessidade da violência. In Castillo-
Martín M, Oliveira S. Marcadas a ferro: Violência contra a mulher – uma
visão interdisciplinar. 2005.

Saffioti HIB. O estatuto teórico da violência de gênero. In: Santos JVT,
organizador. Violência em tempo de globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.
p142-63.

Sampaio D. Inventam-se novos pais. Lisboa: Caminho, 1994. p. 107.

Sansone L. As relações raciais em casa-grande & senzala revisitada à luz do processo de modernização e globalização. In: Maio MC, Santos RV, organizadores. Raça Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz e Centro Cultural Banco do Brasil, 1996. p. 207-218.

Schraiber LB, D'Oliveira AFLP. Violência contra mulheres: interfaces com a Saúde. Interface comun. saúde educ. 1999;3(5):11-26

Scott J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. 2ª ed. Recife: SOS Corpo, 1995. p.11.

Serra GMA. Saúde e nutrição na adolescência: o discurso sobre dietas na mídia [dissertação]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 2001.

Seyferth Giralda. Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização. In: Maio MC, Santos RV, organizadores. Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz e Centro Cultural Banco do Brasil, 1996. p. 41-58.

Shimizu EI. Situações de risco e de proteção á saúde de adolescentes da comunidade São Remo [dissertação]. São Bernardo do Campo: Departamento de Psicologia da Saúde, Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

Skidmore T. Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

Soares LE, Carneiro LP. Os quatro nomes da violência: um estudo sobre éticas populares e cultura política (organizador). In: Violência e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

Soldera M, Dalgalarondo P, Filho HRC, Silva CAM. Uso de drogas psicotrópicas por estudantes: prevalência e fatores sociais associados. Rev. saúde pública. 2004;38(2):277-283.

Sousa BA. Violência no quadro institucional psiquiátrico. [atualizado em 2007 mar. 16; citado 2008 abr. 20]. Disponível em: <http://violencia.online.pt/scripts/cv.dll?sec=colaborações&pass=BraulioSous>

Souza ER, Minayo MCS. O Impacto da Violência Social na Saúde Pública do Brasil: Década de 80. Rio de Janeiro: Claves/Ensp/Fiocruz, 1994.

Souza ER. Homicídios no Brasil: o grande vilão da saúde pública na década de 80. Cad. saúde pública. 1994;10(1).

Souza TMS. Emoções e capital: as mulheres no novo padrão de acumulação capitalista [tese]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

Spósito MP. Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

Taylor CM. Fundamentos de Enfermagem Psiquiátrica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. p. 465.

Vieira I. Trabalho infantil diminui, mas aumenta jornada. Portal Eco Debate, São Paulo, 19 set, 2008 [citado 2009 jan.16]. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2008/09/19/pnad-trabalho-infantil-diminui-mas-aumenta-jornada-trabalho-prejudica-o-estudo-das-criancas/>

Wagner A, Carpenedo C, Melo L, Silveira P. Estratégias de comunicação familiar: a perspectiva dos filhos adolescentes. Psicol. reflex. crítica. 2005^a;18(2):277-282.

Wagner A, Predebon J, Mossmann C, Verza F. Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. Psicol. teor. pesquisa. 2005^b;21(2):181-186.

Watkins B, Bentovim A. The sexual abuse of male children and adolescents: A review of current research. J. child psychol. 1992;33:197-248.

Wieviorka M. Pour comprendre la violence: l'hypothèse du sujet. Sociedade e Estado. Rev. depart. sociol. UnB. 2004;19(19): 21-51.

Witter C. A televisão e o adolescente: análise de conteúdo da programação preferida [dissertação]. São Paulo: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 1991

ANEXO 1

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO À INSTITUIÇÃO

Solicitação de Autorização à Instituição

São Paulo, 14, 03 de 2007.

Prezado Senhor,

Sou aluna de pós-graduação da Escola de Enfermagem da USP e, no momento, estou desenvolvendo um projeto de pesquisa que compreenderá a dissertação do programa de mestrado do curso de pós-graduação da referida Escola. O estudo visa apreender a representação que o adolescente em situação de exclusão social tem sobre a violência em seu cotidiano.

Para atingir esse objetivo, preciso entrevistar adolescentes nessa condição social. Por essa razão, venho a V. Sa. Solicitar autorização para realizar entrevistas no Núcleo Socioeducativo Alegria do Centro Comunitário da Criança e do Adolescente, que está sob sua responsabilidade.

O intuito desse trabalho é possibilitar que o adolescente em situação de exclusão tenha a oportunidade de expressar sua realidade com vistas a sensibilizar os profissionais de saúde sobre suas necessidades, próprias de sua condição social. E assim, oferecer material acadêmico que permita subsidiar os profissionais no atendimento a essa categoria social.

Contando com a sua colaboração, desde já agradeço sua valiosa atenção.

Atenciosamente,


Aretuza de Fátima Dias

Ilmo Sr. 
Diretor do Centro Comunitário da Criança e do Adolescente.

ANEXO 2

RAPPORT AO RESPONSÁVEL LEGAL

Meu nome é Aretuzza de Fátima Dias. Sou Enfermeira. No momento, estou aprimorando minha formação na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

Estou realizando uma pesquisa intitulada “Vivências e percepções do adolescente em situação de exclusão social sobre a violência”. Esta pesquisa procura possibilitar ao adolescente em situação de exclusão a oportunidade de expressar sua realidade com vistas a sensibilizar os profissionais de saúde sobre suas necessidades, próprias de sua condição social.

O adolescente será entrevistado com perguntas feitas por mim a respeito do tema da violência. Esta entrevista será realizada no consultório de enfermagem do Centro Comunitário da Criança e do Adolescente, onde o adolescente está matriculado.

A gravação será mantida em anonimato, somente em meu poder, e o nome do adolescente não será identificado. Asseguro que não haverá qualquer prejuízo para você ou ao adolescente caso não autorize a participação.

Fornecerei a você todas as informações de que precisar sobre a pesquisa, antes, durante e após sua realização.

Se estiver de acordo, solicito sua autorização, preenchendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

ANEXO 3

RAPPORT PARA OS ADOLESCENTES

Oi, ... (nome do adolescente)!

Meu nome é Aretuzza.

Estou aqui para fazer um trabalho de minha escola.

O trabalho pretende dar oportunidade aos adolescentes de expressarem como vivem e percebem a violência no seu dia-a-dia. O intuito é sensibilizar os profissionais de saúde sobre a realidade e as necessidades de saúde do adolescente que vive em situação de pobreza.

Por isso, venho aqui para entrevistar os adolescentes que freqüentam o CCCA.

A entrevista precisa ser gravada, mas seu nome não será revelado. Só você e eu saberemos o que foi que me contou.

Se você quiser participar, poderá ouvir seu relato logo após a entrevista.

Se tiver alguma dúvida, fique à vontade para me perguntar o que quiser.

Mesmo que decida participar, você poderá desistir a qualquer momento. E, se você não quiser participar, tudo bem.

Antes de começarmos, vou ler para você o que está escrito neste papel. É um "Termo de Consentimento" que, depois de eu terminar de ler, você precisará assiná-lo, caso concorde com o que está escrito nele.

Você quer fazer a entrevista?

ANEXO 4

TERMO CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, de ____ anos, declaro que concordo em participar da entrevista conduzida pela Aretuzza de Fátima Dias.

Sei que a entrevista está sendo realizada para entender como o adolescente percebe a situação de violência em seu cotidiano.

Sei que a entrevista será gravada, mas ninguém, além dela, saberá o meu nome, somente o que eu contar. Ninguém está me obrigando a isso e sei que, se eu quiser, posso deixar de falar a qualquer momento. E, se eu tiver alguma dúvida sobre o assunto, poderei perguntar a ela.

O que eu disser será transformado em um trabalho que será apresentado em sua escola, para ajudar as pessoas a compreender as situações de violência que o adolescente, em situação de exclusão social, está mais susceptível.

São Paulo, ____ de _____ de 2008.

Adolescente: _____

Responsável: _____

Pesquisadora: _____

Aretuzza de Fátima Dias

Fone: 9444-9434

Comitê de Ética em Pesquisa da EEUSP

Escola de Enfermagem da USP

Av. Dr. Eneas de Carvalho Aguiar, 419.

Cerqueira César – CEP: 05403-000

Fone: 3066-7548

ANEXO 5

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Nome fictício.....Idade.....Sexo.....

Questões semi-estruturadas

1. Conte-me como é seu dia-a-dia, desde quando você acorda, vai para a escola, depois ao Centro Comunitário e por fim ao chegar em casa.
2. Você percebe algum tipo ou forma de violência nos lugares que você frequenta, ou com as pessoas que você se relaciona? (Caso, Sim) Me fale um pouco como você percebe.
3. O que é violência para você? Dê exemplos.
4. Você já presenciou alguma situação de violência com você ou alguém que você conhece? Como foi?
5. Como você se sente/sentiu em relação a esta situação?
6. Quais são os sentimentos que surgem quando você presencia ou sofre uma situação de violência?

ANEXO 6**APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA****UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM**

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419 - CEP 05403-000

☎ Fone: 3061-7548 - Fax: 3061-7548

C.P. 41633 - CEP 05422-970 - e-mail: edpeso@usp.br

São Paulo, 14 de fevereiro de 2008.

Il.^{ma} Sr.^a
Aretazza de Fátima DiasRef.: Processo nº701 /2007/CEP-EEUSP

Prezada Senhora:

Em atenção à solicitação referente à análise do projeto **“Vivências e percepção de adolescentes em situação de exclusão social sobre violência”**, informamos que o mesmo foi considerado aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (CEP/EEUSP).

Analisado sob o aspecto ético-legal, atende às exigências da Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Esclarecemos que após o término da pesquisa, os resultados obtidos deverão ser encaminhados ao CEP/EEUSP, para serem anexados ao processo.

Atenciosamente,

Maria Fat Fernandes
Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Prado Fernandes
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da
Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

ANEXO 7

QUADRO 1 Representações da violência

5.1 Representações da Violência: significados para os adolescentes pobres	
5.1.1 Abuso de poder: violência como ato impune e intencional	5.1.2 Violência como violação dos direitos
<p>Violência é encrenca! (D1).</p> <p>É tortura, não tem respeito se é criança se é grande (D4).</p> <p>É uma coisa ruim de falar. É muito triste, é sofrimento, você não tem sonhos, tem desrespeito, tudo isso (D5).</p> <p>É também agredir com as palavras, xingar, ser arrogante.</p> <p>É matar, xingar (D9).</p> <p>É uma coisa ruim. Que ninguém gosta. Que machuca deixa triste, separa as pessoas (D11).</p> <p>É matar, brigar, bater, xingar ficar zoando (D14).</p> <p>É sofrer, bater em alguém sem saber o porque. Ficar caçoando do outro, falando mal. É muita tristeza, é fome, gente morrendo (D16).</p>	<p>A violência representa bater, xingar, ter discriminação com o próximo porque às vezes quando a gente ta xingando alguém a gente ta falando o que a gente é (D3).</p> <p>É bater, xingar, discriminar (...) não ter amor nem paz para viver (D7).</p> <p>É ser mal com alguém, provocar, ficar olhando feio, xingando que nem seu preto fidido". Isso é violência (D10).</p> <p>As pessoas ficam batendo nos outros, não tem respeito se é criança se é grande (D12).</p> <p>É muito triste, é sofrimento, você não tem sonhos, tem desrespeito da sua vida, dos seus direitos de adolescente, tudo isso (D13).</p>

QUADRO 2 Percepção do ambiente social violento

5.2 Percepções do ambiente social violento	
5.2.1 Violência doméstica	5.2.2 Violência na rua e na escola
<p>Uma vez o filho do meu pai queria matar minha mãe ai eu cheguei para ajudar minha mãe, porque eles não gostavam dela, eles queriam agredir ela (D2).</p> <p>Na minha casa quando meu pai chegou bêbado minha mãe ficou nervosa e começou a chorar e ele caiu na cama e sujou a cama com sangue, ele estava machucado (...) eu fiquei com medo de nunca mais ver minha mãe (D6).</p> <p>Meu vizinho bateu tanto no filho dele que tava chorando que quebrou o braço do moleque, daí chamaram a ambulância (D7).</p> <p>Meu tio quando ele tava em casa, teve um dia que ele pegou uma garrafa e começou a bater na parede. minha mãe ficou nervosa ai ele falou que ia matar ela se não ficasse quieta. Ele já tinha dado um tapa nela ai nós ficamos com medo do que ele ia fazer (D8).</p> <p>Meu padrasto fica nervoso com a minha mãe porque ela não consegue trabalho ai ele fica xingando ela, ameaçando assim que vai bater, mas não bate não (D11).</p> <p>Meu pai nunca bateu na minha mãe. Eles só ficam xingando, tipo vagabunda (D13).</p> <p>Na minha casa quando meu pai chegou bêbado, ele bebe bastante daí fica xingando todo mundo. Eu nunca tinha visto ele assim, aí minha mãe ficou nervosa e começou a chorar e ele caiu na cama e sujou a cama com sangue. Ele tava machucado. Minha mãe mandou a gente ficar na casa da vizinha. Eu fiquei com medo de nunca mais ver minha mãe (D2).</p>	<p>Na rua eu já vi muita briga, gente batendo, xingando, tem gente que fala palavrão bem alto, faz barraco, fica provocando (D1).</p> <p>Um homem pegou um pau de sinuca e bateu na cabeça do outro homem ai o outro pegou uma garrafa e deu nele e machucou. Eles começaram a brigar e todo mundo fala que é coisa de bêbado mesmo (D7).</p> <p>Na escola tinha dois meninos da oitava que estavam brigando ai começou assim a sair sangue, a camiseta tava rasgada, foi bem feio (D2).</p> <p>Na rua, eu também já vi gente morrer assim de briga (D4).</p> <p>Eu já vi um ladrão assaltando um cara: daí o cara saiu correndo. Ele tava armado, aí ele pegou uma arma e atirou para cima; aí todo mundo deitou no chão, minha irmã me puxou e nós caímos; aí bati a cabeça no chão (D13).</p> <p>Na rua a violência aparece mais, porque as pessoas têm arma, tem faca, tem assalto, morte (D14).</p> <p>Na rua tem muito assassinato, seqüestro, seqüestro relâmpago, morte. Dá muito medo de sair de casa, a gente não sabe o que vai encontrar (D15).</p> <p>Não dá gosto ir para na escola, o pessoal fica xingando porque tô com os pivetinhos (D5).</p> <p>Na escola tem os professores que ficam xingando a gente! A escola não é boa, não tem professor bom, eles ficam sentado reclamando dos alunos. É isso (D12).</p> <p>Na escola tem umas meninas folgadas e elas vem bater e não quer que a gente bate nelas quer que a gente apanhe. Elas gostam de provocar (D3).</p> <p>Tem muita gente suja na rua, pedindo esmolas, bêbado. Eles ficam te encarando. Eles cheiram mal porque usa droga. É muito perigoso (D16).</p>

QUADRO 3 Estratégias de enfrentamento da violência

5.3 Estratégias de enfrentamento (reação) da violência		
5.3.1 Reprodução dos atos violentos	5.3.2 O medo, a fuga e a revolta	5.2 A revolta que gera a reprodução dos atos violentos
<p>Me dá raiva às vezes, dá vontade de fazer a mesma coisa que outro fez (D12).</p> <p>Eu sinto raiva, essas coisas. Só raiva. Porque não dá para fazer nada (D9). Na escola mais é normal! Eles falam assim com todo mundo e se a gente fala alguma coisa pra alguém, ninguém acredita. Não fazem nada. Se for brigar tem que bater mesmo, deixar o outro aleijado, senão apanho em casa, aí os cara tira uma da minha né! (D3).</p> <p>Eles (colegas da escola) ficam mexendo com todo o mundo, ficam zoando até empurrando e você não pode fazer nada nem ninguém (D8).</p> <p>Porque se meu pai ficar sabendo que eu briguei e apanhei, quando chego em casa eu apanho de novo, se brigô tem que bater. Me dá revolta também. Ah, é difícil! Principalmente quem não tem nada a ver com a briga e se mete, aí leva também. Dá revolta. Vontade até de bater no outro porque ele tá fazendo o outro sofrer (D15).</p> <p>Se agente fala alguma coisa para alguém, ninguém acredita. Não fazem nada ai o pessoal continua pegando no nosso pé porque sabe que ninguém quer se envolver, ai eles aproveitam (D7).]</p> <p>É todo dia, de manhã, de tarde. É terrível (D11). Em casa às vezes a gente apanha, a mãe dá palmada, mas a gente também apronta e a minha mãe é brava, ela não ta trabalhando ai eu acho que ela fica assim bem brava (D5).</p>	<p>Dá medo, medo de pensar que ela (violência) vai atingir você, porque acaba agredindo quem não tem nada a ver. Assim isso fica marcado pela vida inteira, porque você viu ali uma cena ruim, aí é melhor esquecer (D4).</p> <p>Eu senti medo, pensei que fosse morrer (D7).</p> <p>Dá medo. Minha mãe falou que e a gente tem que pedir a Deus pra nos proteger (D14)</p> <p>Uma vez o filho do meu pai queria matar minha mãe ai eu cheguei assim, para ajudar minha mãe, porque eles não gostavam da minha mãe, ai eles queriam agredir ela. Dá um sentimento, um medo, assim, pessoa sofre, a pessoa carrega isso pela vida inteira. Dá muita tristeza, é muito triste a violência (D15).</p> <p>Dá medo, medo de pensar que ela (violência) vai atingir você, porque acaba agredindo quem não tem nada a ver. Assim isso fica marcado pela vida inteira, porque você viu ali uma cena ruim, aí é melhor esquecer (D4).</p>	<p>Se meu pai ficar sabendo que eu briguei e apanhei quando chego em casa eu apanho de novo, se brigo tem que bater. Me dá revolta também, mas é difícil (D3).</p> <p>Me dá raiva às vezes, dá vontade de fazer a mesma coisa que o outro fez mas não dá para sair batendo em todo mundo (D5).</p> <p>Dá um friozinho na barriga. Porque bater? Dá revolta, vontade até de bater no outro porque ele tá fazendo o outro sofrer (D8).</p> <p>É uma coisa estranha, dá vontade de chorar, de se revoltar, mas pra que né! (D11).</p> <p>Dá muita raiva. Vontade de matar todo mundo que faz isso. Porque judiar dos outros, de criança pequena. É ruim! (D14). Quando eu crescer vou fazer boxe ai mane vai apanhar, não vai sair livre não (D15).</p>

QUADRO 4 Convivendo com a violência

5.4 Convivendo com a violência: discriminado no meio social, ferido em seus direitos		
5.4.1 Discriminação de gênero	5.4.2 Discriminação étnica	5.4.3 A influencia da mídia e o uso de drogas
<p>Tem uns homens que ficam mexendo quando você passa na rua, aí é ruim (...) eu não gosto eu acho que isso também é violência (D12).</p> <p>Tem uns meninos que ficam passando a mão na gente quando a gente passa no portão. E não dá para contar porque ninguém faz nada, como se a gente tivesse provocando (D13).</p> <p>Quando eu tô passando na rua e os moleque ficam xingando falando oh gostosa aí é chato. Eu não posso fazer nada eu nem conheço eles (D16).</p> <p>Um homem pegou a faca e saiu correndo atrás da mulher dele para matar, aí o pessoal tirou a faca dele mais ele ficou batendo com uma barra de ferro na mulher, assim bastante e ninguém foi lá. Falaram que ele tava bêbado e que a mulher não prestava (D5)</p> <p>Meu padrasto fica nervoso com a minha mãe (...) ele fica xingando ela, ameaçando assim que vai bater, mas não bate não (D2).</p> <p>O homem não gostava que ela ficava perto dos outros homens mais ela ficava aí ele saiu com a faca e bateu nela com o cabo aí todo mundo começou a gritar (D4).</p> <p>Em casa é assim os pais batem nos filhos, os maridos batem nas esposas, xinga também, fica gritando (D11).</p>	<p>Olha tem muito xingamento, provocação, discriminação de ser preto. Fala assim: - Seu preto que não presta! Dá raiva. Todo mundo fica olhando pensando que você vai roubar (D16).</p> <p>Tem muita violência, a gente é pobre e de cor, assim, e o pessoal já acha que a gente vai roubar e fica se afastando isso é muito chato!(D13).</p>	<p>Quando eu estou com os caras, é como um grupo de verdade, a gente brinca um com o outro, fica zoando, é engraçado. Eu tô com eles (D14).</p> <p>Assim, para roubar eles fumam droga porque dá coragem né! Aí eles compram tênis, roupa, blusão, assim, mas eu não vou roubar não (D1)!</p> <p>Tem aqueles mendigos lá que fuma droga e ficam violentos, eles brigam, fica bem louco, a gente passa longe deles, senão sobra pra nós, eles empurram a gente, rouba também. A gente sofre de medo dessa violência (D3).</p> <p>Eles também usam muita droga (...) dentro da escola, e daí ficam roubando também. Na televisão aparece bastante violência, no jornal tem assaltos, guerras. Dá um terror só de ouvi (D7)!</p> <p>Tem as drogas também, elas te incentivam a roubar, a pegar as coisas, a matar, se você tem medo de roubar alguma coisa, quando você fuma droga fica mais fácil de você roubar (15).</p> <p>Na televisão tem muito assassinato, seqüestro, seqüestro relâmpago, morte, dá muito medo de sair de casa, a gente não sabe o que vai encontrar (D11).</p> <p>E um dia eu vi na televisão, um cara pegar o outro e jogar para fora, foi muito legal, uma coisa que eu também gosto muito de assistir é filme do Jack Chan, ele dá muita porrada (D13).</p> <p>A televisão também tem muita violência. Eu gostava quando passava aquele filme na televisão que o cara pegou o homem e jogou logo na escada, na escada de ferro (D5).</p>

